

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS**

**LUIZA BULHÕES OLMEDO**

**LIDERANÇA OU HEGEMONIA REGIONAL?  
PERCEPÇÕES DO BRASIL NA IMPRENSA ARGENTINA, VENEZUELANA,  
COLOMBIANA E CHILENA**

**Porto Alegre**

**2016**

**LUIZA BULHÕES OLMEDO**

**LIDERANÇA OU HEGEMONIA REGIONAL?  
PERCEPÇÕES DO BRASIL NA IMPRENSA ARGENTINA, VENEZUELANA,  
COLOMBIANA E CHILENA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. André Reis

**Porto Alegre**

**2016**

#### CIP - Catalogação na Publicação

Olmedo, Luiza

Liderança ou Hegemonia Regional? Percepções sobre o Brasil na Imprensa Argentina, Venezuelana, Colombiana e Chilena / Luiza Olmedo. -- 2016.  
75 f.

Orientador: André Reis.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Liderança Regional. 2. América do Sul. 3. Hegemonia. 4. Regionalismo. 5. Imprensa. I. Reis, André, orient. II. Título.

**LUIZA BULHÕES OLMEDO**

**LIDERANÇA OU HEGEMONIA REGIONAL?  
PERCEPÇÕES DO BRASIL NA IMPRENSA ARGENTINA, VENEZUELANA,  
COLOMBIANA E CHILENA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais

Aprovada em: Porto Alegre, 9 de setembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman  
UFRGS

---

Profa. Dr. Sônia Maria Ranincheski  
UFRGS

---

Dr. Ivan Elizeu Bomfim Pereira  
Unisinos

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul por mais uma vez abrir suas portas e oferecer ensino de excelência. Foram seis anos de estudo nessa casa, que me propiciou crescimento acadêmico, profissional e pessoal. Agradeço especialmente aos meus orientadores nesta empreitada: professor Marco Cepik e professor André Reis. Ao Cepik pela parceria desde a graduação, e ao Reis pela paciência e confiança no último, e conturbado, ano de trabalho.

Agradeço à minha família, Maria Ângela, Alexandre e Álvaro, pelo conforto nas horas mais desesperadas deste caminho. Sem o incentivo e a compreensão deles, o peso de analisar 2100 artigos de jornais teria sido ainda maior. A torcida de casa é certamente fundamental, não importa qual seja a missão profissional ou acadêmica. Sem esse esteio emocional, o artigo não existiria.

Aos amigos, agradeço pela paciência. Reconheço que foram meses de ausência, de perguntas sem resposta nas redes sociais, de encontros postergados e de promessas não cumpridas. Aqui está a razão de tudo isso. Aos novos amigos que fiz nesse período, sobretudo na Folha de São Paulo, agradeço pela forma como me fizeram sentir incluída na vida jornalística, que é a base desse estudo e das minhas novas aspirações profissionais.

À minha tia Maria da Graça agradeço novamente pelo carinho e pela co-orientação. As ligações preocupadas, as palavras de incentivo e o apoio intelectual foram providenciais, obrigada. Ao Thiago, agradeço por estar sempre ao meu lado, mesmo longe; por compreender; por se preocupar; por apoiar; por revisar; por descontrair; por exigir o meu melhor; e por dar o seu melhor.

Finalmente, como aluna de uma universidade pública federal, em um país com tantas desigualdades como o Brasil, onde o ensino superior ainda é limitado a uma pequena parcela da sociedade, agradeço à população brasileira, que, através de tributos, tornou possível essa pós-graduação gratuita e de qualidade.

*"A liderança não se reivindica, é uma construção coletiva." (GARCIA, Marco Aurélio, 2008).*

## RESUMO

No final da década de 1990, em um contexto de fim da Guerra Fria e redução de engajamento estadunidense na América do Sul, o Brasil encontra espaço para exercer um papel cada vez mais importante na região, condizente com o seu crescente peso econômico no subcontinente e no mundo. Nesse contexto, o objetivo do artigo é analisar a percepção dos países sul-americanos sobre o comportamento brasileiro na América do Sul. O processo discursivo de co-constituição entre líder e seguidores é observado por meio dos veículos de comunicação, dada sua relação simbiótica com a opinião pública. A pesquisa empírica utilizou artigos jornalísticos relevantes de oito jornais sul-americanos, de quatro países diferentes, que se referiram a atributos da potencial hegemonia e liderança brasileira.

**Palavras-chave:** Potência regional. Liderança regional. Hegemonia. América do Sul.

## **ABSTRACT**

In the late 1990s, in the context of Cold War and reduced US engagement in South America, Brazil has started to exercise an increasingly important role in the region, consistent with its also increasingly economic weight in the subcontinent and in the world. This article aims at assessing the perception of other South American countries regarding Brazilian behavior in South America. The discursive process of co-creation between leader and followers is observed through an analysis of media outlets, given their symbiotic relationship with public opinion. Empirical research was conducted using selected news articles from eight South American newspapers from four different countries, which referred to attributes of potential Brazilian hegemony and leadership.

**Keywords:** Regional power. Regional leadership. Hegemony. South America.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Paralelo das diferentes classificações de estratégia de política externa .....	18
Quadro 2 - Tiragem, país e título dos jornais selecionados.....	29
Quadro 3 - Total de artigos coletados em cada jornal .....	30
Gráfico 1 - Liderança – Interno (% positivo, negativo e misto).....	38
Gráfico 2 - Liderança – Interno (% positivo, negativo e misto).....	38
Gráfico 3 - Liderança – Relacional (positivo, negativo e misto por âmbito) .....	41
Gráfico 4 - Liderança – Bilateral (% positivo, negativo e misto).....	42
Gráfico 5 - Liderança – Bilateral (positivo, negativo e misto por país) .....	42
Gráfico 6 - Liderança – Regional (% positivo, negativo e misto).....	45
Gráfico 7 - Liderança – Regional (positivo, negativo e misto por país) .....	45
Gráfico 8 - Liderança –Internacional (% positivo, negativo e misto) .....	47
Gráfico 9 - Liderança – Internacional (positivo, negativo e misto por país).....	47
Gráfico 10 - Hegemonia – Interno (% positivo, negativo e misto.....	50
Gráfico 11 - Hegemonia – Interno (positivo, negativo e misto por país).....	51
Gráfico 12 - Hegemonia – Interno - Economia (% positivo, negativo e misto).....	51
Gráfico 13 - Hegemonia – Interno - Segurança e Defesa (% positivo, negativo e misto) .....	51
Gráfico 14 - Hegemonia – Relacional (positivo, negativo e misto por âmbito).....	54
Gráfico 15 - Hegemonia – Bilateral (% positivo, negativo e misto).....	55
Gráfico 16 - Hegemonia – Bilateral (positivo, negativo e misto por país).....	55
Gráfico 17 - Hegemonia – Bilateral - Economia (% positivo, negativo e misto).....	55
Gráfico 18 - Hegemonia – Bilateral - Segurança e Defesa (% positivo, negativo e misto) .....	55
Gráfico 19 - Hegemonia Regional (% positivo, negativo e misto) .....	58
Gráfico 20 - Hegemonia – Regional (positivo, negativo e misto por país).....	58
Gráfico 21 - Hegemonia – Regional- Economia (% positivo, negativo e misto).....	58
Gráfico 22 - Hegemonia – Regional - Segurança e Defesa (% positivo, negativo e misto).....	59
Gráfico 23 - Hegemonia – Internacional (% positivo, negativo e misto).....	62
Gráfico 24 - Hegemonia – Internacional (positivo, negativo e misto por país) .....	62
Gráfico 25 - Hegemonia – Internacional- Economia (% positivo, negativo e misto) .....	62
Gráfico 26 - Hegemonia – Internacional - Segurança e Defesa (% positivo, negativo e misto) .....	62
Gráfico 27 - Distribuição de posicionamentos por país .....	66

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ARG	Argentina
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CH	Chile
COL	Colômbia
FOCEM	Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do MERCOSUL
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
VEN	Venezuela

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
1.1	POTÊNCIA REGIONAL .....	11
1.2	ESTRATÉGIAS DE POLÍTICA EXTERNA .....	13
<b>1.2.1</b>	<b>Imperial .....</b>	<b>14</b>
<b>1.2.2</b>	<b>Hegemônico .....</b>	<b>14</b>
<b>1.2.3</b>	<b>De Liderança .....</b>	<b>15</b>
1.3	SEGUIDORES: ACEITAÇÃO E CONTESTAÇÃO .....	18
1.4	TEORIA DOS PAPÉIS .....	20
<b>2</b>	<b>A LIDERANÇA E A HEGEMONIA BRASILEIRA NA AMÉRICA DO SUL ...</b>	<b>23</b>
2.1	O BRASIL NA AMÉRICA DO SUL.....	23
2.2	ANÁLISE DA IMPRENSA .....	28
2.3	CONTEXTO REGIONAL .....	31
<b>2.3.1</b>	<b>Argentina .....</b>	<b>32</b>
<b>2.3.2</b>	<b>Venezuela.....</b>	<b>33</b>
<b>2.3.3</b>	<b>Colômbia.....</b>	<b>34</b>
<b>2.3.4</b>	<b>Chile .....</b>	<b>35</b>
2.4	RESULTADOS DA ANÁLISE DA IMPRENSA .....	36
<b>2.4.1</b>	<b>Atributos de Liderança .....</b>	<b>37</b>
<b>2.4.2</b>	<b>Atributos de Hegemonia.....</b>	<b>49</b>
2.5	Conclusão .....	65
<b>3</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>69</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>71</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, o estudo das relações internacionais concentra-se nas variáveis que alteram os sistema internacional como um todo e, em consequência, as regiões são relegadas a um segundo plano. Entretanto, com o fim da Guerra Fria e a maior autonomia dos países do terceiro mundo, a relevância de teorias regionais cresceu. De acordo com Kelly (2012), a partir de então a literatura passou a reconhecer que os Estados se importam mais com seus vizinhos do que com Estados distantes. Ou seja, de acordo com essa visão, os Estados não são livres como bolas de bilhar, mas fixos geograficamente. Por isso, para maioria deles, dinâmicas locais são objeto de atenção mais frequente do que dinâmicas extra regionais. Além disso, a academia deu-se conta de que teorias sistêmicas que veem de maneira simplista a transmissão de preferências de grandes potências para outras nações não são capazes de identificar as estratégias geradoras de autonomia utilizadas por pequenos Estados. Percebeu-se que as regiões possuem mais autonomia do que se pensava.

Estudar essas regiões, contudo, implica em diversos desafios. Afinal, apesar da importância da proximidade física para formação de uma região, não existem regiões “naturais”. As definições de região e regionalidade são construídas socialmente e, portanto, contestadas politicamente e instrumentalizadas por cálculos de poder (HURRELL, 2010). As fronteiras regionais, nesse sentido, podem mudar de acordo com aquilo que se pretende estudar (LEMKE, 2002). Os processos regionais que definem o que constitui uma região são multifacetados e podem ser analisados sob lógicas diferentes e competitivas (lógica econômica e tecnológica; lógica de competição política; lógica de segurança; lógica de identidade e comunidade).

Dessa forma, cada uma das teorias das Relações Internacionais aborda o regionalismo de acordo com seus próprios fundamentos. Para os (neo)realistas, a ordem regional é função do sistema internacional e da balança de poder entre grandes potências; para os (neo)liberais, é resultado da agência e da habilidade das nações para superar suas problemas regionais através de políticas concretas (com foco na interdependência econômica); para os construtivistas, é fundamentalmente função de ideias intersubjetivas das elites regionais.

Se utilizamos apenas um desses paradigmas, será possível observar apenas parcialmente as dinâmicas regionais. Por isso, a maioria das tentativas de conceituar as regiões são ecléticas, combinando mais de uma teoria das RI (PAUL, 2012). Um elemento comum às diferentes abordagens sobre regionalismo é a importância de compreender as relações entre os vizinhos e a emergência das chamadas “potências regionais”.

## 1.1 POTÊNCIA REGIONAL

O conceito de “potência regional” tem sido muito debatido por pesquisadores e acadêmicos mundo afora, que adotam diferentes enfoques e critérios sobre o seu caráter constitutivo. Afinal, a definição de potência regional abarca dois conceitos muito disputáveis nas Relações Internacionais: poder e região, o que gera um “acúmulo de problemas semânticos” (NOLTE, 2010).

Parte da dificuldade em se estabelecer um consenso sobre o que são as potências regionais deriva do fato de que se trata de um Estado que pode assumir diferentes posições de poder, de acordo com nível de análise. Nesse sentido, as potências regionais seriam “nós entre a hierarquia global e as regionais” (NOLTE, 2010, p. 889). Ou seja, são eixo tanto da emergência de uma ordem internacional multipolar, nas quais eles aspiram desempenhar um papel importante, como de uma ordem regional, na qual sua liderança pode ser contestada. Por isso, as potências regionais precisam harmonizar suas estratégias regionais e globais, o que pode ser desafiador (FLEMES; NOLTE, 2010).

Segundo Lemke (2002), os subsistemas regionais estão subordinados à hierarquia global, mas basicamente funcionam de acordo com a mesma lógica: cada sistema tem um Estado dominante no topo da pirâmide de poder. Dessa forma, a potência dominante na hierarquia global pode interferir nos sub-sistemas regionais, especialmente se o status-quo local não estiver de acordo com suas preferências (LEMKE, 2002).

Essa interação entre as hierarquias regionais e global também são ponto central da abordagem teórica dos Complexos Regionais de Segurança, de Buzan e Waeber (2003). Os autores diferenciam as superpotências e grandes potências (que têm impacto no nível global) das potências regionais (que podem ter alta influência na região, mas pouco impacto no nível global). Segundo eles, as capacidades de poder de uma potência regional podem ser consideráveis, mas estão restritas ao contexto regional, de modo que não são levadas em consideração nos cálculos de poder global das grandes potências (BUZAN; WAEVER, 2003, p.37).

Se a posição das potências regionais, entre a região e o mundo, é, em alguma medida, consensual, os atributos que um Estado precisa possuir para ser uma potência regional são bem mais controversos. Geralmente são listados como potências regionais os Estados que apresentam grande população e um alto PIB em contexto regional. Além disso, são aqueles que possuem fortes forças armadas convencionais e, em alguns casos, até armas nucleares.

Tentar identificar uma potência regional de acordo com suas capacidade materiais relativas é certamente “natural”, pois, de acordo com os enfoques mais tradicionais das Relações Internacionais, são esses os atributos que definem a estrutura internacional e os sistemas regionais. Hurrell (2010), contudo, alerta para os limites dessa abordagem. Segundo o autor, só é possível compreender o status de uma potência regional em um contexto específico (sob quais atores, em que período e em que áreas a potência regional atua?) e de acordo com o propósito do Estado dominante (por que ele busca poder?). Assim, ideias sobre liderança, aspirações sobre a ordem internacional e regional e as dinâmicas políticas e econômicas das potências regionais são fatores que impactam sua constituição (HURRELL, 2010).

As potências regionais, de acordo com essa visão, assumem a responsabilidade de conduzir o regionalismo de seu entorno. Nesse sentido, hoje em dia, muitos autores concordam que tanto os recursos materiais como os ideacionais devem ser levados em consideração para avaliar se uma potência regional é capaz de fazer diferença na região. Dessa forma, as ideias, interesses e estratégias das potências regionais são variáveis altamente significativas que influenciam as suas políticas externas e determinam o seu status nos sistemas regional e global (FLEMES; NOLTE, 2010, p.1).

É partindo dessa perspectiva que Nolte (2010), um dos autores mais referenciados no estudo das potências regionais, elabora sua definição:

Potências regionais são aquelas que manifestam e articulam sua pretensão a uma posição de liderança em uma região delimitada, que apresentam recursos materiais, organizacionais e ideológicos para projetar poder em tal região, e que tem influência real nos assuntos regionais. Além disso, ela deve ser economicamente, politicamente e culturalmente conectada com a região, influenciar geopoliticamente a construção política da região, exercer influências nas estruturas de governança regionais, definir e articular uma identidade regional, prover o bem comum para a região, definir a agenda de segurança regional de maneira significativa, ter sua posição de liderança reconhecida por outros países tanto na região e fora dela, e estar integrada a fóruns e instituições globais e inter-regionais representando não apenas os seus próprios interesses, mas também os interesses regionais (NOLTE, 2010, p. 893).

De acordo com essa perspectiva, o exercício da liderança é visto como fundamental para definir uma potência regional. Adotaremos aqui, contudo, a abordagem de Desdradi (2008) que considera que esses Estados podem escolher entre uma variada gama de estratégias de política externa e não necessariamente optarão por atuar como líderes. Suas opções de comportamento se apresentam em um espectro que vai desde imperialista, hegemônico até de liderança (DESDRADI, 2008). Para levar em conta essa diversidade de opções, usamos uma concepção mais minimalista de potência regional: é o Estado dominante

em termos de recursos materiais de poder em comparação ao resto dos vizinhos e que tem como objetivo de política externa influenciar a região por meio de diferentes estratégias.

## 1.2 ESTRATÉGIAS DE POLÍTICA EXTERNA

Segundo Desdradi (2008) a posição híbrida de uma potência regional (entre a região e o mundo) não altera essencialmente suas alternativas de comportamento, ou seja, como atuarão para realizar seus interesses nacionais. Mesmo que precisem mediar as pressões das grandes potências, as suas próprias aspirações e as reações dos seus vizinhos, esses Estados têm considerável liberdade na hora de optar por um curso de ação internacional (DESDRADI, 2008).

A nomenclatura para abordar essas diferentes estratégias de política externa, entretanto, é mais um fruto de cizânia terminológica nas Relações Internacionais. Os conceitos de império, hegemonia e liderança são muito contestados e acabam sendo usados sem critérios claros. Autores que se referem a fenômenos distintos utilizam o mesmo termo, assim como autores que se referem a um mesmo fenômeno utilizam termos distintos.

A fim de sistematizar os conceitos, Desdradi (2008) elaborou uma tipologia, definindo as características fundamentais de cada tipo e subtipo de comportamento estratégico das potências regionais. O espectro conceitual, que vai desde opção mais coercitiva até a mais cooperativa na interação com os vizinhos, é o seguinte: império, hegemonia dura, hegemonia intermediária, hegemonia branda e liderança (DESDRADI, 2008).

A autora diferencia cada comportamento de acordo com: os objetivos da potência regional, os meios que utiliza para alcançá-los e a reação dos vizinhos à estratégia executada. Essa sistematização é fundamental para esclarecer os conceitos e homogeneizar sua utilização. Entretanto, acaba por não abarcar as tipologias de importantes autores que trabalham com outros aspectos da liderança e da hegemonia. Para incluir essas referências na classificação, simplificamos o quadro conceitual de Desdradi e estabelecemos paralelos com as proposições de Burges (2015), Pedersen (2002), Merke (2013), Wehner (2014), Young (1991) e Ikenberry (1996).

A simplificação foi baseada nos instrumentos (meios) utilizados pelas potências regionais para atingir suas metas de política externa. A escolha desta variável para classificar os diferentes comportamentos se justifica por ser a mais aparente em termos empíricos. A classificação em termos de objetivos altruísticos ou egoísticos, por exemplo, é mais difícil de distinguir, pois se trata de um atributo altamente subjetivo. Assim, resumimos em três grandes

grupos de comportamentos de acordos com os meios adotados: imperial – usa coerção; hegemônico – usa recompensa; e de liderança – usa socialização.

### **1.2.1 Imperial**

Nessa classificação, foram incorporadas as concepções de Império e de Hegemonia Dura (*Hard Hegemony*) desenvolvidas por Desdradi (2008), pois ambas, ainda que em graus diferentes, são estratégias de política externa exercidas através da coerção. Assim, a estratégia *imperial* é utilizada por Estados claramente dominantes em termos de recursos de poder material em suas regiões e que buscam satisfazer seus interesses nacionais de maneira unilateral.

Desdradi considera que a estratégia de Hegemonia Dura utiliza a coerção de maneira mais sutil do que a estratégia Imperial, já que o hegemona, diferentemente do Império, tentaria disfarçar seus interesses unilaterais sob a égide de um “interesse coletivo”. Enquanto o Império é baseado na ameaça e no uso do poder militar, a Hegemonia Dura se faz com pressão política e imposição de sanções. Ambas estratégias são consideradas ilegítimas (no caso da Hegemonia Dura, pseudolegítima) pelos subordinados. Os valores promovidos pelo dominante não são internalizados pelos Estados menores, de modo que há grande probabilidade de contestação.

### **1.2.2 Hegemônico**

Nessa classificação, foram incorporadas as concepções de Hegemonia Intermediária (DESDRADI, 2008), Hegemonia Cooperativa (PEDERSEN, 2002; BURGES, 2015) e Liderança Estrutural (IKENBERRY, 1996; WEHNER, 2014; YOUNG, 1991), pois todas elas estão associadas à provisão de bens públicos materiais aos vizinhos, na forma de recompensa econômica ou apoio securitário. A estratégia hegemônica é utilizada por Estados dominantes em termos de recursos materiais, que, para atingir seus interesses nacionais egoísticos, preferem pagar os custos da estabilidade regional recompensando os vizinhos do que usar ou ameaçar o uso da força.

Uma das mais importantes contribuições para a compreensão da hegemonia foi de Antonio Gramsci, em *Cadernos do Cárcere*, publicado na Itália no final da década de 1940. De acordo com o autor, que aplicou o conceito na área das relações sociais, a classe dominante age hegemonicamente ao fazer seus subordinados crerem que os interesses das



elites são os interesses universais da sociedade. Nesse sentido, no chamado “consenso hegemônico”, as concessões não chegam a ameaçar a dominação. A estrutura de poder subjacente é enviesada em favor dos grupos dominantes (DESDRADI, 2008, p.13).

Entretanto, a “teoria da estabilidade hegemônica”, desenvolvida por Kindleberg no início dos anos 1970, adotou uma concepção de hegemonia diferente da gramsciana. Essa teoria associou hegemonia à benevolência, que não constava na raiz do conceito. Para Kindleberg, o hegemona seria um Estado dominante disposto a arcar sozinho com os custos da manutenção da ordem internacional estável (os EUA, no caso), sem cobrar nada em troca (PEDERSEN, 2002). Segundo Desdradi (2008), essa utilização do termo levou à confusão entre hegemonia e liderança, já que não apresentava os custos embutidos na obediência dos seguidores. A introdução da conotação negativa foi desenvolvida por Gilpin nos anos 1980, que destacou o auto interesse do comportamento do Estado dominante, de modo que os benefícios para os Estados subordinados não passavam de um subproduto.

A estratégia hegemônica depende de recursos materiais e ideacionais de poder, operando juntos, pois só é exitosa se subordinados internalizam ideias e normas subjetivas do dominante, pelo menos em algum grau. As recompensas materiais sozinhas não são suficientes para garantir a aceitação da posição do hegemona, que precisa estabelecer algum grau de consenso. Nesse sentido, a legitimidade da hegemonia (intermediária, para Desdradi) é parcial.

Outras concepções com características semelhantes incluídas aqui são a de Hegemonia Cooperativa, concebida por Pedersen (2002) e utilizada por Burges (2015), e a de Liderança Estrutural, desenvolvida por Ikenberry (1996) e Young (1991, utilizada por WEHNER, 2014). Ambas focam nos recursos materiais de poder do Estado dominante (sobretudo em termos econômicos e militares). Contudo, enquanto a Hegemonia Cooperativa considera explicitamente a provisão de recompensas aos subordinados, a definição de Liderança Estrutural é mais abrangente, considerando que “é a tradução das capacidades materiais em influência para o processo de barganha” (WEHNER, 2014).

### **1.2.3 De Liderança**

Nessa classificação, foram incorporadas as concepções de Hegemonia Branda e Liderança (DESDRADI, 2008), Hegemonia Consensual (BURGES, 2006), Concertación (MERKE, 2013), Liderança Institucional e Situacional (IKENBERRY, 1996) e Liderança Intelectual e Empresarial (YOUNG, 1991; WEHNER, 2014), pois todas elas são exercidas

com base no processo de socialização com os vizinhos menores, sem depender das capacidades materiais de poder das potências regionais, apenas das ideacionais. Assim, a estratégia de *liderança* é utilizada por Estados dominantes na região que buscam ganhos conjuntos com os vizinhos.

O conceito de liderança possui uma propriedade altamente relacional, pois constitui-se da ação coletiva. Ou seja, o foco dessa estratégia de política externa não é o líder em si, mas a interação dele com seus seguidores para atingir ganhos conjuntos (WEHNER, 2014). A liderança nasce do consenso gerado sobre como as coisas deveriam ser organizadas e gerenciadas. Portanto, para ser efetiva e duradoura, deve levar em conta os interesses e ambições de todos os envolvidos (BURGES, 2008, p. 71).

A liderança só ocorre a partir da socialização e persuasão ideológica, ou seja, uma “osmose de normas e valores”. Verifica-se, como resultado, o entrelaçamento dos interesses do líder e dos seguidores. Neste caso, as capacidades materiais do Estado dominante ou a provisão de bens públicos pouco importam, pois essa estratégia de política externa é baseada em recursos ideacionais. Para estabelecer a liderança não se recorre a mecanismos de coerção ou recompensa aos seguidores. O líder não impõe nem tenta manipular os vizinhos para atingir seus objetivos, mas dá direção às atividades coletivas (DESDRADI, 2008).

Na tipologia de Desdradi, Hegemonia Branda e Liderança, apesar de serem igualmente executadas por meio de processos ideacionais de socialização, são diferentes. Para a autora, a finalidade da execução da Hegemonia Branda é o interesse exclusivo do hegemona, que apresenta suas metas egoísticas como comuns aos Estados vizinhos. Já na Liderança, o líder guia o grupo para realizações de objetivos comuns. Apesar dessa importante diferença apontada pela autora, decidimos incluir Hegemonia Branda e Liderança na mesma classificação aqui.

Nosso objetivo, como já foi mencionado, é distinguir as estratégias de política externa de acordo com os meios que as potências regionais utilizam para atingir seus objetivos, não de acordo com os objetivos em si. Essa decisão foi baseada na ideia de que as verdadeiras aspirações dos Estados dominantes não raro estão disfarçadas sob uma roupagem de benevolência, de modo que se torna difícil diferenciar empiricamente os interesses egoísticos dos coletivos.

Assim, a partir do foco nos processos de socialização como meio para o exercício da liderança, classificamos também os conceitos de Hegemonia Consensual, concebido por Burges (2008), e a *Concertación*, concebido por Merke (2013), como estratégias de liderança. Ambas as concepções convergem no princípio de preservação da autonomia regional

colaborativamente, sem a pressão ou a provisão de bens públicos. Merke (2013) fala na formação de um ethos regional, ressaltando a estabilidade desses processos. Burges (2008) também reconhece o poder das ideias, mas alerta para seu elemento de fragilidade, pois poderia ser desafiada por visões competidoras, ou suplantada pela aplicação de outras alternativas econômicas ou de segurança.

Outros autores que trabalham com liderança são Ikenberry (1996) e Wehner (2014) (que utiliza a tipologia de Young). Eles exploram os mecanismos através dos quais ocorrem os processos de socialização do líder. Ikenberry (1996) identifica a Liderança Institucional, baseada nas regras e práticas que facilitam a ação concertada e as expectativas mútuas, e a Liderança Situacional, baseada na engenhosidade de líderes (presidentes ou ministros) em aproveitar oportunidades. Wehner (2014), por sua vez, identifica a Liderança Intelectual, baseada no uso do conhecimento especializado para moldar a maneira de pensar, e a Liderança Empresarial, baseada na habilidade de convencimento e atratividade do líder para realizar acordos com contrapartes.

Liderança é a estratégia de política externa que somente ganha significado quando há seguidores legítimos. Ou seja, quando a participação dos seguidores é voluntária e fruto dos seus próprios interesses. Segundo Ikenberry, legitimidade emerge quando Estados secundários absorvem regras e normas da ordem política sem serem forçados a isso (IKENBERRY, 1996).

Por fim, é preciso destacar que a classificação desenvolvida aqui é de caráter ideal. Em análises empíricas provavelmente o que se encontrará são situações em que se identifica traços das diferentes estratégias de política externa, uma delas prevalecendo. Pinheiro e Gaio (2014) ressaltam que provavelmente não exista uma liderança compreensiva, que possa cobrir todas as dimensões de interesse de um país, em todos os fóruns de discussão. Segundo as autoras, nem mesmo grandes potências poderiam gozar desse status hoje em dia. Na prática, potências regionais buscam objetivos comuns com os seus vizinhos, mas normalmente em áreas ou políticas específicas (PINHEIRO; GAIO, 2014).

A seguir, o Quadro (1) resume das classificações apresentadas nesta seção:

**Quadro 1 - Paralelo das diferentes classificações de estratégia de política externa**

Meios	Coerção		Recompensa	Socialização	
Simplificação	Imperialismo		Hegemonia	Liderança	
Legitimidade	BAIXA		PARCIAL	ALTA	
Contestação	ALTA		MÉDIA	BAIXA	
DESDRADI	Império	Hegemonia Dura	Hegemonia Intermediária	Hegemonia Branda	Liderança
BURGES/ PEDERSEN			Hegemonia Cooperativa	Hegemonia Consensual / Concertación (Merke)	
WEHNER (YOUNG)			Liderança Estrutural	Liderança Intelectual	Liderança Empresarial
IKENBERRY			Liderança Estrutural	Liderança Institucional	Liderança Situacional

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

### 1.3 SEGUIDORES: ACEITAÇÃO E CONTESTAÇÃO

Como foi visto, para que uma potência regional estabeleça sua liderança é preciso que ela seja aceita como líder pelos seus seguidores (fenômeno chamado em inglês de *followership*). As expectativas e percepções dos vizinhos são parte essencial da dinâmica que define o sucesso ou o fracasso da performance de política externa dos Estados. Conforme Amitav Acharya, "[...] as regiões são construídas mais de dentro do que de fora, de forma que as respostas locais ao poder podem importar mais no processo de construção de ordens regionais do que o próprio poder." (ACHARYA, 2007).

A importância de *seguidores* é amplamente reconhecida na literatura de Relações Internacionais. Mesmo assim, a maioria das pesquisas sobre potências regionais aposta em compreender o fenômeno através de dados sobre recursos materiais e ativismo dos supostos líderes, sem avaliar as percepções dos seguidores (SCHIRM, 2009). A visão dos “outros” ainda é muito negligenciada. O esforço aqui, portanto, será compreender como se dá a interação entre líderes e seguidores, e quais as possíveis reações às aspirações de liderança.

A primeira questão a ser considerada é que um vizinho pode ter percepções diferentes sobre o líder, dependendo se as ambições de liderança são voltadas para região ou para o mundo. Ou seja, depende se o líder pretende estabelecer regras e padrões de comportamento dentro da região ou se pretende liderar os parceiros regionais em assuntos globais. Os países vizinhos podem aceitar um líder na região, mas rejeitá-lo quando ele se projeta no plano global. De acordo com o estudo de Schirm (2009), esse é o caso do Brasil e da Alemanha. Ambos são líderes regionais que não têm apoio dos vizinhos (principalmente Argentina e

Itália) para conquistar uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU, por exemplo (SCHIRM, 2009).

Esse tipo de resistência dos vizinhos leva muitos acadêmicos a considerarem que a região é a plataforma primordial das potências regionais, que devem consolidar sua base de poder em seu entorno geográfico antes de se alçarem ao mundo (SCHIRM, 2009; FLEMES, 2010; BURGESS, 2013). Nessa linha, Wehner (2014) ressalta que os riscos da ascensão de uma potência regional são mais pronunciados para os seus vizinhos, de modo que eles são os mais propensos a contestá-la. Por isso, a ascensão global necessariamente passaria por apaziguar a região.

Outros autores, entretanto, consideram que a emergência global é um fenômeno independente da liderança regional. Malamud (2011), por exemplo, analisa a situação do Brasil e verifica que apesar de o país não investir na região, tem conseguido desempenhar um papel de destaque no mundo. Ou seja, liderança regional não seria pré-condição para emergência global. Esse debate sobre consequências da falta de *seguidores*, entretanto, se restringe à projeção internacional. No que diz respeito à região, a falta de seguidores certamente obstrui a consolidação de um projeto de liderança.

Nesse sentido, os seguidores regionais podem ser divididos em duas categorias, uma mais disposta a contestar a ascensão do líder e outra mais disposta a aceitá-lo: potências secundárias e Estados menores. As potências secundárias são aquelas que vêm imediatamente depois da potência regional na hierarquia, são Estados relativamente poderosos e também mais avessos ao acúmulo de poder do vizinho. Já os Estados menores seriam os mais cooperativos com a potência regional, uma vez que a forte assimetria de poder vedaria espíritos competitivos (FLEMES; WOJCZEWSKI, 2010).

Segundo Mares (1988), o que diferencia as potências regionais secundárias dos pequenos Estados é que elas têm recursos suficientes para afetar a região, por meio de alianças com seus pares ou potências extra regionais. Os pequenos Estados, por outro lado, teriam tão pouco poder que alianças seriam pouco viáveis (MARES, 1988, *apud* SCHENONI, 2014, p. 218). De maneira geral, portanto, as capacidades materiais de poder (recursos militares e econômicos) costumam ser vistas como a condição *sine-qua-non* para definição de quais são as potências secundárias (WEHNER, 2014; FLEMES, 2010; FLEMES e WOJCZEWSKI, 2010).

Esses Estados mais fortes teriam condições de fazer frente à potência regional e, por isso, tenderiam a escolher respostas estratégicas conflitivas, enquanto os Estados menores optariam pela resposta cooperativa. A teoria neorrealista chama esses comportamentos de

balanceamento duro (*hard-balancing*), e adesão (*bandwagoning*), respectivamente (WALTZ, 1979). Uma estratégia intermediária, mais competitiva do que conflitiva, seria o balanceamento brando (*soft-balancing*).

Nesse sentido, o balanceamento duro consiste na construção de alianças militares e/ou no aumento do gasto militar para enfrentar a potência principal, buscando uma revisão da ordem regional. O balanceamento brando, por sua vez, inclui instrumentos discursivos e institucionais, como a formação de coalizões diplomáticas e reforço de laços econômicos multilaterais, visando conter a ascensão da potência. Finalmente, a adesão seria a aceitação do líder após um cálculo de custo-benefício (FLEMES; WOJCZEWSKI, 2011).

Segundo Wehner e Flemes (2015), quanto mais mecanismos de socialização forem utilizados, menos intensa será a política de contestação por parte das potências secundárias. Dessa forma, o líder deve compartilhar poder, projetar normas e valores comuns, guiar discussões, unir clivagens políticas e ideológicas, e incluir de maneira crível os interesses e ideias dos seguidores no projeto de liderança<sup>1</sup> (WEHNER; FLEMES, 2015).

De maneira geral, o líder não deve recorrer à “mão dura”, mas sim a outro tipo de poder, que costuma ser chamado de *soft-power*, ou poder brando. O termo foi cunhado por Joseph Nye (1990) e se refere à habilidade de atingir os objetivos nacionais por meio de cooptação, em vez de coerção ou pagamentos. De acordo com o autor, “se sua cultura e ideologia são atraentes, outros vão estar mais dispostos a seguir” (NYE, 1990, p. 167). Ideias, instituições e comportamento exemplar seriam os principais instrumentos desse poder.

É importante notar, contudo, que não são apenas os comportamentos agressivos por parte do líder, como coerção e formação de alianças (internas ou externas), que podem levar à contestação por parte dos vizinhos. Comportamentos passivos também podem provocar insatisfação entre os Estados menores. De acordo com Wehner e Flemes (2015), as reivindicações por liderança devem ser substanciadas por um comportamento condizente, caso contrário, potências secundárias tenderão a contestar.

#### 1.4 TEORIA DOS PAPÉIS

A contestação, ou balanceamento (duro ou brando), vai depender da percepção que as potências secundárias têm da potência regional. Afinal, esse tipo de comportamento ocorre

---

<sup>1</sup> É importante destacar que, de acordo com a sua classificação de liderança, os autores incluem “1) prover bens públicos: pagar uma alta porção dos custos econômicos da cooperação” (WEHNER; FLEMES, 2015, p.9) como condição para evitar contestação. Entretanto, como consideramos aqui que provisão de bens públicos faz parte da estratégia de hegemonia, nos detivemos àquelas que não incluem bens materiais.

quando os Estados menores *se sentem* ameaçados pela ascensão do Estado mais poderoso. Segundo Merke (2013), o sentimento de ameaça é muito mais relevante para gerar uma reação conflitiva por parte de um seguidor do que o próprio incremento nas capacidades tradicionais de poder da potência (MERKE, 2013).

Foi a partir da ideia de que expectativas e percepções são fundamentais para se compreender as ações de política externa que se desenvolveu a teoria dos papéis, introduzida inicialmente nas Relações Internacionais pela obra de K.J Holsti (1970). De acordo com essa teoria, o comportamento dos atores no sistema internacional seria resultado da interação das auto-concepções que um Estado constrói a respeito do seu papel na região ou no mundo (*ego*), com as expectativas que outros atores criam sobre esse Estado (*alter*) (WEHNER, 2014).

As primeiras abordagens dessa teoria estavam muito atreladas às perspectivas estruturais de Relações Internacionais, focando no lado do “outro”, ou seja, nos constrangimentos e oportunidades apresentados pelo ambiente internacional, e não nas concepções dos tomadores de decisão internos. Mais tarde, a teoria dos papéis passou a dialogar com conceitos construtivistas, como identidade e imagem (WENDT, 1992), para os quais a ideia de codeterminação é essencial (WANG, 2012).

Assim, a teoria dos papéis nos permite compreender que a identidade dos autores possui várias dimensões. Ela é resultado tanto de fatores internos quanto da interação com outros atores e com a estrutura do sistema; ao mesmo tempo, é esse processo que define qual papel o Estado executará no sistema. A abordagem interacional da teoria dos papéis alimenta o debate agente-estrutura nos diferentes níveis de análise (indivíduo, Estado e sistema) e faz com que ela seja vista como uma ponte entre a Análise de Política Externa e as Teorias de Relações Internacionais (MAITINO; GUIMARÃES, 2014).

Para nós, a teoria é de grande valor aqui, pois busca elucidar como os outros (*alter*) avaliam um Estado particular como ator internacional e o quanto o *ego* é constrangido por essa avaliação, que afeta sua formulação de política externa (WEHNER, 2014). A execução de estratégias de liderança regional, dessa forma, depende do impacto da interação entre a potência principal e os seus vizinhos. Não há liderança (como papel a ser desempenhado) se não houver alguém que emita esse comportamento (*ego*) e gere expectativas no outro (*alter*) durante o processo discursivo de co-constituição entre líderes e seguidores.

As expectativas influenciam e afetam a performance do papel das potências regionais na região e no mundo (WEHNER, 2014). A questão primordial para as potências regionais é, portanto, como os outros Estados percebem a concepção do líder sobre seu papel regional e

global? Esse é o ponto de partida para o artigo a seguir, que aborda a liderança brasileira na América do Sul a partir da percepção das potências secundárias sobre essa aspiração.



## 2 A LIDERANÇA E A HEGEMONIA BRASILEIRA NA AMÉRICA DO SUL

A América do Sul se consolidou como o horizonte regional do Brasil no final da década de 1990. Em um contexto de fim da Guerra Fria e de redução do engajamento estadunidense na região, o Brasil encontrou espaço para exercer um papel cada vez mais relevante no subcontinente, condizente com o seu crescente peso econômico. Ao mesmo tempo, o relacionamento com os vizinhos assumiu cada vez mais um caráter político. As iniciativas brasileiras para a integração regional multiplicaram-se e aprofundaram-se, como pode ser percebido pelo surgimento do MERCOSUL, da Unasul e do Conselho de Defesa Sul-Americano.

Nesse contexto, o Brasil passou a ser visto como uma potência regional, intensificando o debate sobre sua liderança na região. Não há, contudo, consenso na literatura sobre a atuação brasileira nem sobre o que define essa liderança. A maioria dos trabalhos que aborda essa temática usa conceitos diferentes e interpretações diversas. Buscamos, portanto, sistematizar e compreender as estratégias de política externa do Brasil na América do Sul. Assim, chegamos a dois principais comportamentos: hegemonia e liderança.

Consideramos aqui, entretanto, que o exercício desses comportamentos não depende apenas das capacidades brasileiras. Afinal, trata-se da *relação* do Brasil com os vizinhos, e, portanto, é resultado fundamentalmente da *interação* entre o potencial líder ou hegêmona e os potenciais seguidores. Por isso, o objetivo deste artigo é compreender como os vizinhos sul-americanos percebem a atuação do Brasil na região. Os países analisados são os mais poderosos, depois do Brasil: Colômbia, Argentina, Venezuela e Chile.

O instrumento utilizado pelo estudo para identificar essas percepções foi a imprensa. Essa escolha foi baseada na relação simbiótica entre veículos de comunicação e opinião pública, reconhecendo, entretanto, que as posições nos jornais não revelam necessariamente as posições oficiais dos governos. Na análise quantitativa e qualitativa de mais de 2 mil artigos de oito jornais, a pesquisa concluiu que tanto a hegemonia como a liderança brasileira na América do Sul ainda não são altamente aceitas pelos países vizinhos.

### 2.1 O BRASIL NA AMÉRICA DO SUL

Um dos aspectos mais recorrentes atribuídos à diplomacia brasileira é a sua presunção em desempenhar um papel de líder na arena regional. Essa concepção, contudo, é resultado da reversão paulatina do isolamento imposto por particularidades históricas. Afinal, os séculos de

domínio colonial português e a formação de um império escravocrata unitário no Brasil alienaram o país do hemisfério majoritariamente espanhol e republicano durante séculos. As especificidades culturais, lingüísticas e sociopolíticas explicam porque a identidade sul-americana foi esquecida na visão de mundo brasileira até meados do século XX (DANESE, 2010).

Quando exatamente o Brasil passou a olhar com mais cuidado para o seu entorno geográfico, é difícil precisar. A identificação brasileira como um país em vias de desenvolvimento, a partir dos anos 1930, certamente contribuiu para aproximação com os vizinhos e para a percepção de desafios compartilhados. Nessa época, aconteceram os primeiros tímidos ensaios de integração física e cooperação cultural regional, sobretudo com a Argentina. Mesmo assim, até os anos 1950 o Brasil canalizou suas relações regionais através da participação em fóruns multilaterais Panamericanos (SARAIVA, 2011).

Nos anos 1960, a contribuição da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi fundamental para articular a latino-americanização da política externa brasileira. Entretanto, foi somente no final dos anos 1980 que o movimento de regionalização emergiu com força. Foram mudanças na estrutura de poder mundial, com o fim da Guerra Fria, o desengajamento estadunidense na região e a intensificação da globalização, que evidenciaram a importância da plataforma sub-regional para o Brasil. Assim, desde a redemocratização, em 1985, todos os governos brasileiros trabalharam pela construção do espaço sul-americano (SIMÕES, 2011).

É possível verificar esse renovado olhar para a América do Sul através de alguns importantes passos em direção à integração regional, como criação do MERCOSUL, em 1991, e a primeira reunião de chefes de Estado da América do Sul, realizada em 2000. É importante notar aqui o distanciamento da política externa brasileira de uma identidade latino-americana, tornando a América Latina um conceito mais cultural do que institucional. O foco dado à América do Sul remete à limitação da área de influência brasileira, evitando a competição mexicana e reconhecendo a hegemonia da potência extra regional (Estados Unidos) na América Central e no Caribe (FLEMES, 2010).

Nesse sentido, a proposta estadunidense de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) é vista como uma ameaça, da qual o governo brasileiro se defende apostando na integração sul-americana. O MERCOSUL, sobretudo, representa uma plataforma para assegurar a autonomia brasileira no âmbito internacional (SORJ; FAUSTO, 2011). Assim, a integração regional passa a ser vista não apenas como um instrumento econômico, mas como peça fundamental para que o Brasil possa se apresentar como um

*player* global. O relacionamento com os vizinhos assume cada vez mais um caráter político e estratégico (FLEMES, 2010).

O ápice da aproximação regional se dá com o governo Lula, na medida em que a sua diplomacia priorizou a autonomia, as alianças com países em desenvolvimento, a liderança sul-americana e a integração regional. Nesse contexto, as iniciativas brasileiras para a região multiplicaram-se e aprofundaram-se, como pode ser percebido pelo surgimento da Unasul e do Conselho de Defesa Sul-Americano (DOMINGUES, 2014).

A intensificação da projeção brasileira na América do Sul suscitou novos debates acadêmicos sobre as condições dessa inserção regional. De maneira geral, tem sido consenso a classificação do país no rol das potências regionais (NOLTE, 2010; LIMA e HIRST, 2006; FLEMES, 2010). Apesar deste conceito ser bastante controverso, consideraremos aqui seu fundamento no poderio do Brasil em termos de capacidades materiais relativas (maior PIB, território, população e orçamento de defesa da América do Sul) e no objetivo de sua política externa de influenciar a região (DESDRADI, 2008).

Entretanto, há divergências entre os pesquisadores no que diz respeito a qual estratégia de política externa o Brasil emprega para exercer essa influência e qual o grau de aceitação dos vizinhos dessa influência. Há autores que falam em hegemonia cooperativa (PEDERSEN, 2002), em hegemonia consensual (BURGES, 2008), em líder sem seguidores (MALAMUD, 2011), em liderança para o desenvolvimento (PINHEIRO e GAIO, 2014), entre outras concepções. Cada uma dessas perspectivas apresenta uma interpretação diferente da maneira como o Brasil se comporta na região, em termos de provisão de bens materiais, cessão de soberania e compartilhamento de *know-how*, desenvolvimento de instituições, etc.

Algumas dessas abordagens enfatizam a importância da provisão de bens materiais (econômicos e de segurança) por parte do Brasil para arrefecer as assimetrias e facilitar a integração e cooperação regional. Certos autores consideram que o Brasil cumpriria o papel de provedor regional ao criar o Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do MERCOSUL (FOCEM); ao responder de maneira conciliadora à nacionalização dos hidrocarbonetos pela Bolívia em 2006; ao renegociar o acordo de Itaipu em 2009; e ao prover financiamentos regionais através do BNDES (LIMA, 2013; SARAIVA, 2010; SARAIVA; GRATIUS, 2013).

Por outro lado, outros autores consideram que o Brasil provê bens materiais em algumas áreas, mas não em todas, exercendo um tipo de liderança setorial. Para Pinheiro e Gaio (2014), por exemplo, o Brasil seria líder na área de desenvolvimento, através de iniciativas de âmbito regional. Há, ainda, aqueles pesquisadores que, pelo contrário, entendem

que esses episódios não representam uma provisão suficiente de bens materiais aos vizinhos. Além disso, Brasília não estaria disposta ou não teria condições de aumentar seu investimento na região, o que limitaria sua influência (BURGES, 2015; FLEMES, 2010). Para, Malamud (2011), dadas as rivalidades regionais e o relativo déficit de recursos do Brasil, o país seria um "líder sem seguidores".

Abordagens mais liberais consideram o papel de liderança do Brasil por meio das ideias e da construção de consensos na região, independente da provisão de recompensas. Burges (2008) identificou esse comportamento brasileiro durante o final dos anos 1990 até o começo dos anos 2000, que chamou de "hegemonia consensual". A base dessa influência seria a distribuição dos custos da liderança e a aceitação por parte dos vizinhos, em troca de ganhos compartilhados. Mais recentemente, contudo, Burges considerou que as características estruturais para a manutenção dessa "hegemonia consensual" já não se mantêm, e o Brasil teria de investir em bens materiais para manter sua posição regional.

Percebe-se, portanto, que as abordagens sobre os possíveis comportamentos brasileiros na região são variadas, e que não há uma uniformização no uso dos conceitos para definir os fenômenos descritos. Os termos hegemonia e liderança, por exemplo, aparecem de maneiras diferentes, por vezes sinônimos, por vezes não. Para facilitar o debate e avançar para a análise empírica, a qual este trabalho se dedica, optamos por utilizar a tipologia de Desdradi (2008) para definir de maneira simplificada dois tipos ideais de comportamento possíveis do Brasil na América do Sul: hegemonia e liderança<sup>2</sup>. Essas classificações dependerão dos instrumentos através dos quais as potências regionais exercerão sua influência na região.

De acordo com essa tipologia: 1) O comportamento hegemônico é aquele em que a potência regional provê bens públicos materiais aos vizinhos, na forma de recompensa econômica ou apoio securitário, a fim de atingir seus interesses nacionais. Isto é, ocorre quando os Estados dominantes preferem pagar os custos da estabilidade regional recompensando os vizinhos do que usar ou ameaçar o uso da força. 2) O comportamento de liderança é aquele em que a potência regional mantém processos de socialização com os Estados menores, sem depender das capacidades materiais de poder, apenas das ideacionais, para atingir ganhos conjuntos. Entre os instrumentos de socialização está a construção de instituições, o bom relacionamento entre presidentes e ministros e o fechamento de acordos de cooperação.

---

<sup>2</sup> Nota-se aqui que a classificação "imperialista" não foi utilizada. Apesar de alguns autores considerarem o Brasil "subimperialista," de acordo com a definição que estamos trabalhando, o imperialismo requereria o uso ou a ameaça do uso da força. Tendo em conta que o ambiente sul-americano é pacífico e estável, esse tipo de comportamento não é esperado do Brasil (MERKE, 2013).

Contudo, a atuação de um hegemona ou de um líder dependerá não apenas da provisão de bens materiais ou das iniciativas de socialização com Estados menores. Afinal, tanto hegemona como líder são posições relacionais, ou seja, que dependem da interação com outros Estados que nutrem expectativas e demandas (ver teoria dos papéis em HOLSTI, 1970; WEHNER, 2014). Assim, a performance brasileira na região dependerá da maneira como os vizinhos percebem sua atuação potencial como líder ou como hegemona. Se o Brasil provê bens materiais, mas essa provisão não é reconhecida pelos seguidores, o papel de hegemona estará comprometido. Da mesma forma, se o Brasil constrói instituições e bons relacionamentos com os vizinhos, mas esses Estados não percebem da mesma forma, não haverá seguidores para a liderança.

A partir desse entendimento, o objetivo desse artigo será compreender como os países sul-americanos percebem o comportamento brasileiro na região. Ou seja, buscaremos identificar como os vizinhos vêem a provisão de bens materiais e de segurança pelo Brasil e os processos de socialização iniciados por ele. Espera-se, na análise empírica, encontrar percepções tanto sobre questões que envolvem hegemonia como questões que envolvem liderança, uma vez que esses conceitos definem tipos ideais, não encontrados de forma pura na realidade. A ferramenta escolhida por este estudo para identificar as percepções dos vizinhos foi a imprensa regional. Analisaremos veículos de comunicação regionais para saber como o Brasil é retratado nos países sul-americanos.

Para alcançar uma visão mais ampla sobre hegemonia ou liderança, o ideal seria analisar como a imprensa de todos os vizinhos percebem o Brasil. Dado o volume do material empírico recolhido em jornais, todavia, essa metodologia não seria praticável. Por isso, selecionamos quatro países sul-americanos para investigar: Argentina, Venezuela, Chile e Colômbia. Esses são os países considerados potências secundárias (WEHNER, 2014; SCHIRM, 2009). Ou seja, os países imediatamente mais poderosos<sup>3</sup> após o Brasil. Considerou-se que esses seriam os mais interessados na ação brasileira, e também os mais propensos a contestar as aspirações brasileiras a liderança e hegemonia (SCHENONI, 2014).

---

<sup>3</sup> Baseado na classificação de CINDC (Índice de Poder Nacional), que é composta de indicadores demográficos, econômicos e militares. Na ordem, do maior para o menor: Brasil (6°), Colômbia (30°), Argentina (35°), Venezuela (36°) e Chile (48°).

## 2.2 ANÁLISE DA IMPRENSA

Em geral, internacionalistas se interessam pelo comportamento dos Estados, mas menosprezam alguns fatores que têm influência direta sobre esses comportamentos. É o caso dos veículos de comunicação. Afinal, como falar em um “mundo”, ou em um “sistema internacional”, no singular, se a realidade pode ser representada e interpretada de formas muito diferentes? Na medida em que não há condições plenas de verificabilidade de fatos globais pela opinião pública<sup>4</sup>, tudo o que é relatado sobre eles por fontes consideradas “confiáveis” torna-se verdade. Nesse sentido, o discurso jornalístico é em grande parte responsável pela construção dessas “verdades”, que acabam atuando sobre a estrutura das relações internacionais (STEINBERGER, 2005).

Fontes jornalísticas com maior credibilidade legitimam imagens geopolíticas de mundo que conformam a opinião pública. Segundo Steinberger (2005), a opinião pública sobre fatos internacionais é formada com base em quatro fontes visíveis: a informação acadêmica, a indústria cultural, os depoimentos vivenciados e a informação jornalística. Entretanto, a fonte jornalística, por ter capacidade de propagação em larga escala através de revistas, jornais, televisões, rádios e internet, meios de alcance global, é a principal das fontes de referência para a formação de opinião.

O jornalismo internacional assume, portanto, o papel de explicador da realidade, de modo que há uma relação quase simbiótica entre a opinião pública e a opinião publicada. Apesar da parcialidade e das particularidades da imprensa, é inegável que ela representa a tomada de consciência sobre alguma coisa. A partir dessa ideia, foram desenvolvidas as hipóteses de *agenda setting*, ou do agendamento da mídia, no início dos anos 1960. Esses estudos mostraram que os meios de comunicação são muito eficazes em dizer sobre o que as pessoas deveriam pensar, mesmo que não possam definir como elas pensam. Afinal, transformar um acontecimento ou questão em notícia representa constituí-los como tema de discussão pública (BOMFIM, 2015).

Nesse sentido, o enfoque do presente artigo é no agendamento da imprensa de quatro países sul-americanos sobre o Brasil. A análise buscará compreender quais assuntos são

---

<sup>4</sup> Este texto utiliza a definição de opinião pública de Manzur (1999, p.30-31): “[...] opinião pública é o conjunto das correntes de pensamento expressas em um país em determinado período. Com isso, engloba a expressão de grupos definidos politicamente (como, por exemplo, o Parlamento, ou os partidos políticos), economicamente (as elites, as camadas populares) e socialmente (os movimentos sociais, dentre os quais associações, grupos religiosos, militares), naquilo em que apresentem um consenso, uma unidade em torno de posições definidas. Muito relevante na construção desse conceito é também o papel da imprensa, que tanto espelha quanto induz a formação de opiniões e tendências.”

selecionados e enfatizados nos jornais argentinos, venezuelanos, chilenos e colombianos quando se trata do seu vizinho comum. Por isso, a amostra coletada foram os artigos relacionados ao Brasil nos portais digitais do *Clarín* (ARG), *La Nación* (ARG), *El Nacional* (VEN), *El Universal* (VEN), *La Tercera* (CH), *El Mercurio* (CH), *El Espectador* (COL) e *El Tiempo* (COL) entre janeiro de 2013 e junho de 2015<sup>5</sup>, totalizando 30 meses.

O critério para seleção dos jornais foi sua tiragem: optou-se por trabalhar com jornais tradicionais, segundo a classificação da consultoria de comunicação Llorente e Cuenca (2013), que possuem maior tiragem e, portanto, maior alcance e repercussão. A análise foi feita a despeito das linhas ideológicas com as quais cada jornal se identifica (ou que adere de forma tácita). O objetivo principal do trabalho foi identificar qual a informação chega ao leitor em maior volume, e não como ela é moldada dentro dos veículos. Isso não significa, contudo, ignorar que as opiniões emitidas pelos diários são reflexo da sua identificação política, que não necessariamente é congruente com a opinião pública nacional. Assim, com o intuito de reduzir o peso do alinhamento político de cada jornal na análise, escolhemos trabalhar com as duas maiores publicações diárias de cada país.

Já o critério para o recorte temporal foi a disponibilidade dos conteúdos digitais desses jornais, pois alguns deles começaram a manter versões *online* apenas a partir de 2013. No Quadro 2 podem ser verificadas as tiragens dos respectivos jornais, segundo dados de 2011 de Llorente e Cuenca (2013).

**Quadro 2 - Tiragem, país e título dos jornais selecionados**

<b>País</b>	<b>Jornal</b>	<b>Tiragem</b>
Venezuela	El Universal	82.000
Venezuela	El Nacional	90.000
Argentina	Clarín	348.000
Argentina	La Nación	162.000
Chile	El Espectador	58.000
Chile	El Tiempo	269.000
Colômbia	El Mercurio	161.000
Colômbia	La Tercera	98.000

Fonte: Llorente e Cuenca (2013).

Durante os 30 meses, foram coletados artigos desses jornais que se referiam ao Brasil na área política e diplomática, econômica e securitária. Ao todo, foram coletados e analisados 2100 artigos. Cabe assinalar que o trabalho incluiu na análise, sem estabelecer tratamento diferenciado, publicações editoriais, colunas e notícias. A justificativa para esse tratamento foi abarcar ao máximo as opiniões e recortes temáticos dos veículos, a fim de identificar seus

<sup>5</sup> Até o final de junho de 2015

posicionamentos referentes ao objeto em estudo. No Quadro 3 pode ser vista a distribuição dos artigos nos oito jornais pesquisados.

**Quadro 3 - Total de artigos coletados em cada jornal**

El Universal	273
El Nacional	123
Clarín	334
La Nación	349
El Mercurio	234
La Tercera	274
El Espectador	280
El Tiempo	233

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Dado o volume da amostra, não foi analisado conteúdo completo de cada artigo publicado, apenas os títulos e os leads (primeiro parágrafo) das notícias. Em casos pontuais, quando se tratava de uma coluna, ou um documento mais literário, nos quais o primeiro parágrafo era vago ou impreciso, buscou-se no texto algum trecho essencial. A partir daí, foi realizada uma combinação de análise de conteúdo e de discurso. Ou seja, o material foi categorizado e explorado quantitativamente, mas também foi avaliado qualitativamente em seu sentido discursivo, de acordo com as balizas teóricas da pesquisa.

Primeiramente, foi realizada a triagem temática dos artigos em três grupos: política e diplomacia; economia; e segurança e defesa. Mesmo quando os artigos não diziam respeito apenas um desses temas, foi selecionado o tema predominante. Considerando as perspectivas teóricas sobre liderança e hegemonia, classificamos os artigos relacionados às capacidades materiais de poder (economia, e segurança e defesa) como atributos de hegemonia; e os relacionados à questões ideacionais (política e diplomacia) como atributos de liderança.

Em um segundo momento os artigos foram separados de acordo com o âmbito a que se referiam: interno, aqueles artigos que se referiam às questões domésticas do Brasil; bilateral, aqueles artigos que se referiam às relações entre o Brasil e o país de origem do jornal; regional, aqueles que se referiam às relações entre Brasil e a América Latina<sup>6</sup>; ou internacional, aqueles artigos que se referiam às relações entre o Brasil e o resto do mundo. Dado o grande volume de publicações voltadas para as questões internas do Brasil (mais da metade da amostra), dividimos a amostra em atributos internos e atributos relacionais (com as subdivisões bilateral, regional e internacional).

<sup>6</sup> Apesar da região trabalhada no artigo ser a América do Sul, optamos pela utilização de América Latina na categorização empírica. Consideramos que mesmo não sendo a principal área de projeção regional do Brasil, as relações com países como Cuba e México apresentam fortes características regionais, dada a proximidade entre eles.



É importante notar aqui que o objetivo do artigo é identificar como o comportamento regional do Brasil é visto pelos vizinhos. Dessa forma, pareceria suficiente analisar os artigos sobre as relações do Brasil com a América do Sul. Ao entrar em contato com o material empírico, contudo, percebemos que as abordagens são interconectadas, e que a maneira como os jornais tratam das relações do Brasil com o mundo, por exemplo, também dizem muito sobre como as impensas dos vizinhos aceitam ou não a hegemonia ou liderança brasileira na região. Por isso, analisamos as referências ao Brasil em todas as esferas.

A divisão nas categorias foi útil para explorar quais os principais temas relativos ao Brasil na imprensa, e em que esfera. Contudo, sem uma análise qualitativa seria impossível considerar se a abordagem dos jornais valida ou nega o comportamento do Brasil como hegemona e como líder. Por exemplo, artigos na área de economia que trazem notícias muito negativas sobre o Brasil são classificados como atributos de hegemonia, mas, na verdade, eles negam esses atributos ao sugerirem que o Brasil não tem capacidades materiais. Por isso, realizamos a classificação dos artigos em positivos, negativos e mistos.

Os artigos positivos são aqueles que validam os atributos de liderança ou de hegemonia. Ou seja, são matérias que trazem alguma notícia positiva, ou aborda algum tema de maneira positiva ou ainda dá voz a alguém que fala de maneira positiva sobre iniciativas de socialização do Brasil ou sobre suas capacidades econômicas e securitárias. Os artigos negativos, pelo contrário, são os que negam esse atributos. Já os artigos considerados "mistos" são aqueles altamente descritivos, em que não há uma atribuição de valor nem pelo assunto, nem pela abordagem, ou são aqueles que apresentam tanto um viés positivo quanto negativo, e é impossível definir objetivamente qual predomina.

É com base nessas categorias que se construiu a análise sobre como as impensas argentina, venezuelana, chilena e colombiana percebem os atributos de liderança e de hegemonia do Brasil.

### 2.3 CONTEXTO REGIONAL

Antes de apresentarmos os resultados da pesquisa empírica, é importante conhecer o contexto do qual fazem parte. Como se trata de um estudo muito conjuntural, dado que a análise foi realizada em artigos publicados por jornais durante trinta meses, sua compreensão depende de questões mais estruturais nas dinâmicas entre os países pesquisados. Por isso, realizamos esse breve histórico do relacionamento bilateral do Brasil com cada uma das potências secundárias, destacando as características mais proeminentes nessas interações.

### 2.3.1 Argentina

Segundo Malamud (2011), a Argentina, a grande rival e parceira do Brasil ao longo da história, é o único país na América do Sul em posição estrutural para disputar a liderança brasileira. O país possui uma economia considerável, apresenta uma grande população e extenso território, é rico em recursos naturais, e possui posição consolidada nos fóruns internacionais. Dessa forma, a parceria com o Brasil nunca foi vista sob o ângulo de uma supremacia brasileira, mas, sim, pela equidade. Entretanto, na medida em que o Brasil passou pelo seu “milagre econômico” e desenvolveu uma aliança privilegiada com Washington, a situação de assimetria tornou-se um traço característico da relação entre os dois países, gerando inveja e desconfiança por parte dos argentinos (RUSSEL; TOKATLIAN, 2011).

A partir da crise econômica de 2001, entretanto, o Brasil assumiu uma nova posição para a política externa argentina, já que passou a ser visto como parceiro fundamental para a superação de isolamento. A deterioração da relação da Argentina com os Estados Unidos durante a administração Bush também corroborou para que o país se voltasse crescentemente para o Brasil. Isso não significa, entretanto, que a rivalidade tenha desaparecido por completo. Na verdade, com a recuperação econômica do país, renasceu a ambiguidade: o Brasil é visto como ator fundamental nas relações argentinas, mas desperta desconfiança. É nesse contexto que, em 2004, o presidente Kirchner decidiu não participar das reuniões que deram início à Comunidade Sul-Americana das Nações (futura Unasul), por considerar que se tratava de um instrumento criado pelo Brasil para impor seu poder na região. Os argentinos buscaram compensar essa influência desequilibrada do Brasil, apostando na Venezuela de Hugo Chávez como polo regional alternativo para equilibrar a hegemonia brasileira (RUSSEL; TOKATLIAN, 2011).

A partir de 2006, se observa uma virada em direção a uma percepção mais positiva do Brasil. Os últimos anos de governo kirchnerista foram marcados por uma nova relação entre Brasil e Argentina – baseada no fortalecimento do MERCOSUL e na participação da Argentina na Unasul. Em 2010 o ex-presidente Néstor Kirchner alcançou a Secretaria Geral da UNASUL e, a partir daí, desempenhou um papel central na distensão entre Colômbia e Venezuela e na rápida reação ante o intento golpista no Equador. Ao mesmo tempo, reforçou-se a aproximação com a Venezuela e o distanciamento dos EUA (MALAMUD, 2011).

Com a atual situação econômica debilitada, a Argentina voltou a ter que contar com o apoio do vizinho “gigante” para a sua estabilização. Nesse sentido, os argentinos ressentem-se da pouca importância que o Brasil daria para a região, em comparação com seus esforços para

tornar-se um player global. Apesar dos discursos oficiais amistosos, a percepção argentina seria de que o país estaria sendo “deixada para trás”. Assim, a liderança brasileira seria reconhecida pelo vizinho mais próximo, mas a Argentina procura simetria e contrabalanço. Enquanto o país mantiver aspirações concorrenciais e medos do Brasil, a liderança brasileira permanecerá um desafio (MALAMUD, 2011).

### **2.3.2 Venezuela**

Historicamente a Venezuela não desempenhou um papel de grande destaque na América do Sul, uma vez que o país se projetava para o norte-andino e Caribe. Com o Brasil, as relações foram distantes durante praticamente todo o século XX, não apenas pela imensa barreira geográfica da selva amazônica, que afastava os dois países social, econômica e culturalmente, mas também por diferenças de natureza política. Ambos os países viviam de costas um para o outro, ao mesmo tempo em que o “gigante do Sul” inspirava suspeitas venezuelanas sobre pretensões expansionistas. Entretanto, a partir da ascensão de Hugo Chávez (1999-2013), as relações bilaterais tomaram um rumo inédito, já que o presidente venezuelano adotou uma estratégia de aproximação com o vizinho, conformando uma parceria com o governo brasileiro.

O presidente Chávez desenvolveu uma política externa de alto perfil, baseando-se na riqueza petrolífera venezuelana para a construção de alianças e oposição aos Estados Unidos. Assim, apostou na recomposição do tabuleiro geoestratégico sul-americano, contando com o respaldo pessoal do presidente Lula. A principal manifestação formal desta aproximação foi a inserção da Venezuela no MERCOSUL em 2012 (URRUTIA, 2011).

A nova realidade geopolítica, contudo, ao mesmo tempo em que aproximou os vizinhos antes distantes, acabou por contrapor duas visões de mundo diferentes e com potenciais dimensões antagônicas. Enquanto a Venezuela alinhou-se a um grupo de países ideologicamente definidos como partidários do “socialismo do século XXI”, baseado em um discurso radical de ruptura com os EUA, o Brasil preferiu um modelo de inserção internacional multidimensional e reformista, evitando confrontações através de uma diplomacia do equilíbrio. Nesse contexto, apesar da aproximação entre os dois países, nutriu-se uma disputa pela liderança regional. Segundo Malamud (2011), a Venezuela passou a pleitear uma maior participação no teatro sul-americano através da contestação da liderança de seus expoentes tradicionais. Além disso, Chávez garantiu a fidelidade de países que supostamente estariam sob a esfera de influência brasileira, como Bolívia e Equador. O

mandatário venezuelano manteve uma estreita associação com esses países através dos presidentes Evo Morales e Rafael Correa, propondo um novo regime de segurança hemisférica baseado na construção de um marco estável de segurança e cooperação (MALAMUD, 2011).

Mesmo assim, o Brasil soube neutralizar esse discurso venezuelano rígido e militarizado e impôs-se aos projetos personalistas chavistas mais exaltados. A morna receptividade brasileira à proposta do Banco do Sul, a não adesão ao Grande Gasoduto do Sul, as reticências quanto à criação de uma OPEP do Gás e o fracassado projeto conjunto da refinaria Abreu e Lima exemplificam o distanciamento do governo de Lula a algumas iniciativas venezuelanas. Logo após a criação da Unasul, em 2008, houve divergências entre o Brasil e a Venezuela, dada a concorrência sobre qual dos modelos propostos deveria direcionar o desenho institucional de uma organização regional exclusivamente sul-americana. De acordo com Rezende (2013), o modelo brasileiro, menos desafiador do status quo global, acabou vencendo, de modo que restou à Venezuela cooperar.

Com a eleição da presidenta Dilma Rousseff, em 2010, e de Nicolás Maduro, em 2013, após a morte de Hugo Chávez, os frequentes encontros entre os mandatários dos dois países, como ocorria entre Lula e Chávez, diminuíram. A realidade política e econômica deteriorou-se tanto na Venezuela como no Brasil, de modo que a relação bilateral tem se alterado, mas sem confrontação. Atualmente o Brasil tem sido ator fundamental na estabilização venezuelana, exercendo papel de mediador dos conflitos venezuelanos não só no âmbito regional, através da Unasul, como também entre governo e oposição na polarização da política interna no país.

### **2.3.3 Colômbia**

Historicamente, brasileiros e colombianos sempre foram afastados, uma vez que, apesar das boas relações comerciais e a mútua preocupação regional, a parceria militar da Colômbia com os Estados Unidos sempre gerou desconfianças (REZENDE, 2013). A política externa colombiana tem sido fortemente marcada pelas ameaças internas, sobretudo os grupos insurgentes guerrilheiros das FARC e da ELN e as redes criminosas de narcotráfico. No início dos anos 2000, para combater essas ameaças, o governo do presidente Álvaro Uribe (2002-2010) inaugurou a chamada Política de Segurança Democrática, segundo a qual a segurança interna regia as relações internacionais colombianas. Esse modelo foi bem aceito pelas elites econômicas, políticas e militares do país, que de maneira unânime apoiaram o bom

entendimento com os Estados Unidos em detrimento de relações regionais (BUELVAS, 2011).

Para combater essas redes criminosas e as guerrilhas, a Colômbia passou a investir na compra de equipamento militar, principalmente a partir dos anos 2000, quando se tornou um dos principais beneficiários da ajuda dos EUA no mundo. Entre 2006 e 2010, o país representou 17% dos gastos militares totais da América do Sul (atrás apenas do Brasil, com 43,7%) (UNASUL, 2012). Esse comportamento afetou as boas relações do país com seus vizinhos por quase duas décadas, inclusive com o Brasil.

No final dos anos 2000, as relações entre Colômbia e EUA começaram a se desgastar. O término do Plano Colômbia e a necessidade de manutenção do combate ao narcotráfico fizeram com que o governo Uribe tivesse de buscar alternativas de inserção econômica para financiar seus objetivos. Nesse sentido, o país passou a investir nas suas relações com a América do Sul. Nos últimos anos, a Colômbia tem se mostrado um parceiro valioso para o Brasil, não apenas em termos econômicos, mas também políticos, sobretudo no que diz respeito às ambições brasileiras de integração. A guinada da política externa colombiana ficou em evidência com a adesão do país à UNASUL e ao Conselho de Defesa Sul-Americano.

Sob o governo de Juan Manuel Santos (2010-presente), o país registrou ganhos notáveis em sua campanha contra o crime organizado. Esses avanços também contribuíram para a retomada do diálogo colombiano com seus vizinhos. Apesar do combate ao crime organizado e ao narcotráfico permanecerem na agenda política colombiana, o governo Santos tem buscado restaurar canais de intercâmbio de informação e de cooperação bilateral, construindo pontes para recuperar a credibilidade internacional do país (BUELVAS, 2011). Além disso, a Colômbia tem também investido cada vez mais no desenvolvimento de políticas públicas de caráter socioeconômico.

#### **2.3.4 Chile**

Após o fim da ditadura militar no Chile, o país adotou uma nova estratégia de inserção internacional, que teve como eixos centrais o fortalecimento da sua presença em órgãos multilaterais, a diversificação dos vínculos políticos, e a intensificação de sua projeção econômica internacional. Esse modelo, conhecido como “regionalismo aberto” tem como objetivo a expansão comercial e dos investimentos, baseado em uma abertura unilateral compatível com a assinatura de acordos bilaterais e multilaterais. Nesse contexto, o país

apoiou fortemente a Iniciativa para as Américas e buscou integrar o NAFTA, e deu prioridade às relações com a Europa e com o Pacífico asiático (VALENZUELA, 2011).

Na medida em que sua elite se consolidou em um “macro consenso” a favor desse “regionalismo aberto”, as relações do Chile com seus vizinhos sul-americanos não foram aprofundadas. Apesar do discurso a favor dos laços com a região, os tomadores de decisões chilenos não pareciam dispostos de ir além do diálogo político (VALENZUELA, 2011). Assim, a despeito das boas relações diplomáticas entre Brasil e Chile, essa orientação global chilena (além da falta de fronteiras territoriais com o Brasil) limita o potencial de cooperação entre os dois países.

Nos últimos anos, entretanto, percebe-se a tentativa chilena de recuperar o diálogo com os países mais próximos. Com a ascensão da presidente Michele Bachelet, em 2006, houve uma mudança nas prioridades internacionais do país, e uma maior ênfase às relações com a América Latina. O Chile não estava disposto a assumir uma posição periférica e isolada frente às aspirações chavistas e às iniciativas de liderança brasileiras. Assim, o Chile aproximou-se do Brasil, sobretudo nas questões comerciais, e demonstrou seu apoio à criação da Unasul e do Conselho de Defesa sul-americano.

Nos discursos formais dos representantes chilenos evidencia-se um decidido interesse no fortalecimento das relações com o Brasil, que, de acordo com essa visão, têm apresentado um crescimento exponencial. Nesse sentido, a ideia de liderança brasileira no subcontinente também tem estado presente no debate político chileno, como no discurso de março de 2012 do Presidente da Câmara de Deputados chilena: “o Brasil assumiu um papel de liderança importante na região, que tem muitas coincidências com o que nosso país tem sugerido como política externa dentro do continente” (CHILE, 2012). Entretanto, esse apoio à liderança brasileira parece condicionado a um papel igualmente de relevo do Chile na região, que é uma ferramenta importante para a realização dos interesses econômicos chilenos.

## 2.4 RESULTADOS DA ANÁLISE DA IMPRENSA

A partir da coleta de artigos de oito jornais sul-americanos buscou-se identificar como as imprensas da Argentina, Venezuela, Chile e Colômbia percebem o Brasil. Essas percepções foram observadas de acordo com os possíveis comportamentos brasileiros explorados na literatura. Por isso, a análise foi dividida em duas grandes categorias: atributos de liderança e atributos de hegemonia.

O objetivo é compreender em que medida o Brasil é visto pelos vizinhos como um Estado que produz cooperação e integração regional através de mecanismos políticos e diplomáticos; e em que medida é visto como um Estado que provê bens econômicos e de segurança. Analisamos a amostra tanto quantitativa quanto qualitativamente, criando subcategorias relevantes e procurando evitar tanto descrições exaustivas quanto generalizações grosseiras.

### 2.4.1 Atributos de Liderança

Nesta seção foram analisados os artigos de jornal relacionados aos atributos de liderança do Brasil. Ou seja, questões políticas, sociais e institucionais, que não dependem diretamente do poderio econômico ou militar do país. Do total de 2100 artigos, 1115 (53%) tratavam dessas temáticas, aqui referidas como atributos de liderança.

A análise foi subdividida em dois principais eixos: **atributos internos**, onde estão as notícias sobre questões políticas e sociais de âmbito doméstico brasileiro; e **atributos relacionais**, onde estão as notícias sobre as relações políticas e diplomáticas do Brasil com cada um dos vizinhos (bilateral), com a região (regional) e com o mundo (internacional). Do total de artigos relacionados aos atributos de liderança, 69% referem-se às questões internas do Brasil e 31%, às questões relacionais.

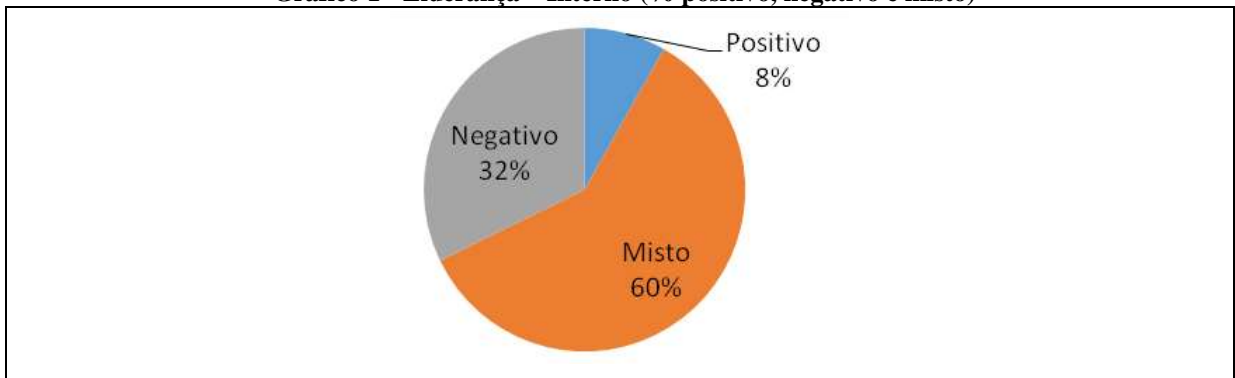
Na análise dos atributos internos, buscou-se identificar o potencial brasileiro em ser um modelo para os países da região. Afinal, ser visto como estável política e socialmente é fundamental para que o Brasil possa servir de bom exemplo, que é uma qualidade importante para consolidar a liderança (IKENBERRY, 1996). Na análise dos atributos relacionais, por sua vez, buscou-se identificar os instrumentos de socialização do potencial líder. Entre eles está a construção de instituições, o bom relacionamento entre presidentes e ministros e a negociação de acordos de cooperação. Todos os artigos de jornal foram classificados em positivo, negativo e misto, de acordo com esses atributos de liderança.

#### 2.4.1.1 Atributos Internos

Foram identificados ao todo 769 artigos (37% da amostra total) que diziam respeito às questões políticas e sociais de cunho doméstico brasileiro. Quantitativamente, portanto, fica clara a importância dada à política brasileira pela imprensa regional. As principais manchetes estiveram relacionadas às eleições de 2014, aos escândalos de corrupção, à crise política entre

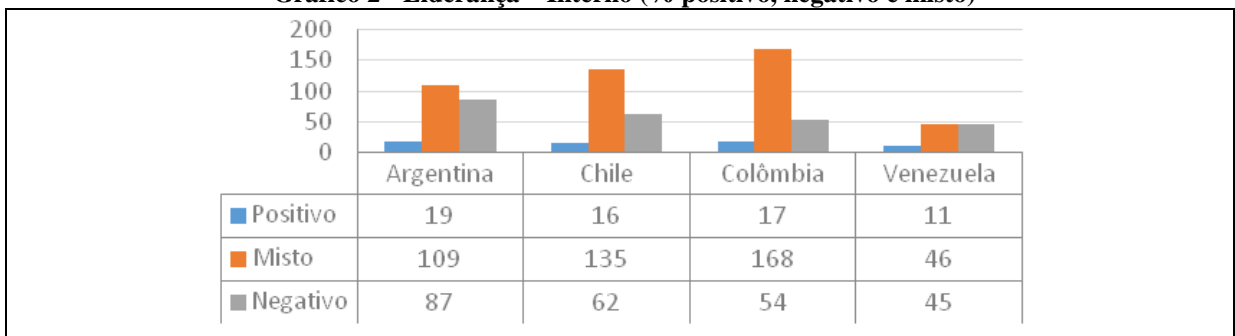
legislativo e executivo e aos protestos de junho de 2013. Apesar de esses temas haverem sido abordados a partir de diferentes pontos de vista, predominou, além da visão neutra/mista, a perspectiva negativa, como se pode ver no Gráfico 1. A abordagem mais pessimista prevaleceu principalmente nos jornais argentinos, como se pode ver no Gráfico 2.

**Gráfico 1 - Liderança – Interno (% positivo, negativo e misto)**



Fonte: elaborado pela autora (2016)

**Gráfico 2 - Liderança – Interno (% positivo, negativo e misto)**



Fonte: elaborado pela autora (2016)

A cobertura das eleições de 2014 no Brasil foi muito volumosa nos oito jornais analisados. No total, foram 260 artigos sobre o assunto, que representam um terço da amostra dos atributos internos de liderança, ou 12% da amostra total da pesquisa. Esses números mostram a importância da política eleitoral brasileira para os vizinhos, que se vêem diretamente afetados pela troca de poder no país.

Entretanto, não foi possível atribuir uma classificação de positivo ou negativo aos artigos que trataram desse tema. Mesmo quando os jornais demonstraram preferência por um ou outro candidato, classificamos o material sobre eleições como “misto”. Qualquer atribuição de valor, nesse caso, seria tendenciosa. A escolha por manter esses artigos na análise (por seu peso quantitativo) explica a quantidade desproporcional de artigos “mistos” nos gráficos 1 e 2, principalmente na imprensa chilena e colombiana.



De maneira geral, no que diz respeito às eleições de 2014, os jornais analisados deram destaque para as abordagens de política externa dos presidentiáveis. Aécio Neves foi considerado o candidato que se afastaria da região, esvaziaria as iniciativas de integração e reforçaria os laços do Brasil com os Estados Unidos e Europa, deixando o mercado comandar as relações internacionais; Dilma Rousseff, por outro lado, buscaria uma aproximação com o MERCOSUL, o fortalecimento da Unasul, da CELALC e dos BRICS, mantendo uma agenda soberana em relação aos EUA e à União Européia.

Mesmo assim, os jornais *La Nación*, da Argentina, *El Mercurio*, do Chile, e o *El Universal*, da Venezuela, apresentaram relativa preferência pelo candidato da oposição. O foco desses veículos foi a suposta tranqüilidade que Aécio Neves daria aos mercados. Além disso, o *La Nación* defendeu que o político do PSDB fosse “a ponte entre Washington e Brasília”. Já os jornais colombianos *El Tiempo* e *El Espectador*, assim como o chileno *La Tercera*, deram mais destaque à candidata Marina Silva. Enquanto os jornais colombianos enfatizaram o lado social da ambientalista, por suas origens humildes e por ser negra, o *La Tercera* valorizou seu perfil mais pró-mercado e sua potencial política externa de aproximação entre MERCOSUL e Aliança do Pacífico. O jornal argentino *Clarín* foi o que deu mais destaque à candidata do PT Dilma Rousseff. Por fim, o *El Nacional*, da Venezuela, realizou uma cobertura altamente descritiva, sem tender a nenhum candidato.

Além das eleições, outro assunto muito destacado na cobertura dos oito jornais analisados, no que diz respeito aos atributos internos de liderança, foram os escândalos de corrupção brasileiros. Predominantemente de maneira negativa, os veículos registraram as condenações do Mensalão e as investigações da Lava-Jato, que envolveram a Petrobrás, grandes construtoras e diversas personalidades da vida política, especialmente do Partido dos Trabalhadores. Alguns jornais destacaram as implicações do ex-presidente Lula e da presidenta Dilma. Por outro lado, com uma conotação mais otimista, foram registradas em todos os jornais algumas declarações do governo sobre o combate à corrupção, a confiança na recuperação da Petrobrás e as iniciativas de reforma política, ainda que com menos ênfase do que as visões negativas.

Da mesma forma pessimista, os jornais evidenciaram a “crise política” brasileira. O Brasil foi visto como um “país dividido”, tensionado politicamente. A baixa popularidade de Dilma Rousseff e os constantes painelaços foram manchetes nos oito veículos analisados. Nos argentinos, houve destaque para o embate entre governo e oposição, e executivo e legislativo. Para os colombianos, a situação foi vista como “tormenta perfeita”, com ênfase no conservadorismo do Congresso. Entre os chilenos, prevaleceu a ideia de que a classe política

brasileira estaria perdendo a oportunidade histórica de reformar o sistema, fazê-lo mais transparente e tentar recuperar a credibilidade perdida.

A cobertura dos protestos que tomaram as ruas brasileiras em 2013 foi, de maneira geral, bastante neutra. A maioria das matérias sobre o assunto foi noticiosa, descrevendo os acontecimentos sem atribuir valor ao fenômeno. O destaque mais negativo foi à violência presente nas manifestações, o que foi altamente criticado por todos os veículos, especialmente pelos chilenos. Os jornais registraram com pessimismo a forte repressão policial aos manifestantes e também o vandalismo por parte de alguns grupos que manifestavam.

Por outro lado, a imprensa colombiana e argentina foram as que mais ressaltaram os aspectos positivos das manifestações, que seriam reflexo do fenômeno global que desencadeou outros movimentos populares, como *Ocupy Wall Street*, a Primavera Árabe e dos *Indignados*, na Espanha. Por isso, referiram-se aos manifestantes brasileiros também como “indignados”. Segundo esses veículos, tratava-se de uma classe média insatisfeita que se pôs em movimento através da tecnologia, e as marchas representavam uma nova forma de participação cidadã.

Os jornais colombianos, especificamente, cunharam as manifestações de “revolta do vinagre”<sup>7</sup>, que, segundo eles, representavam “as dores do crescimento” brasileiras (*El Espectador*). Eles consideraram que apesar da ascensão nos últimos anos, os protestos mostraram a inconformidade com políticos e a reação à passividade dos governos. Nesse sentido, o jornal *El Espectador* afirmou que o Brasil é um “bom exemplo tanto para os acertos como para os erros que não se deve cometer”.

Um assunto percebido positivamente pela imprensa argentina, colombiana e chilena, foram os avanços da Comissão da Verdade, que investigava crimes da ditadura brasileira. A abertura de milhares de arquivos sobre o regime militar e o fato de, pela primeira vez na história, o exército admitir as mortes e torturas que cometeu foram considerados avanços democráticos no Brasil. Da mesma forma, foram frequentemente destacados os avanços sociais brasileiros, sobretudo no que diz respeito à ascensão das classes mais pobres.

É possível concluir, portanto, que durante os trinta meses analisados neste trabalho a crise política e a insatisfação popular reverberaram de maneira bastante negativa entre os vizinhos. Diante da onda de protestos e da instabilidade da presidenta (mesmo depois de reeleita em 2014), nossos potenciais seguidores não viram um exemplo a seguir. Os bons resultados em termos de redução da desigualdade e um avanço histórico como a Comissão da

---

<sup>7</sup> A repressão policial aos protestos usava bombas de gás lacrimogêneo, por isso os manifestantes usavam vinagre para aliviar a ardência nos olhos.

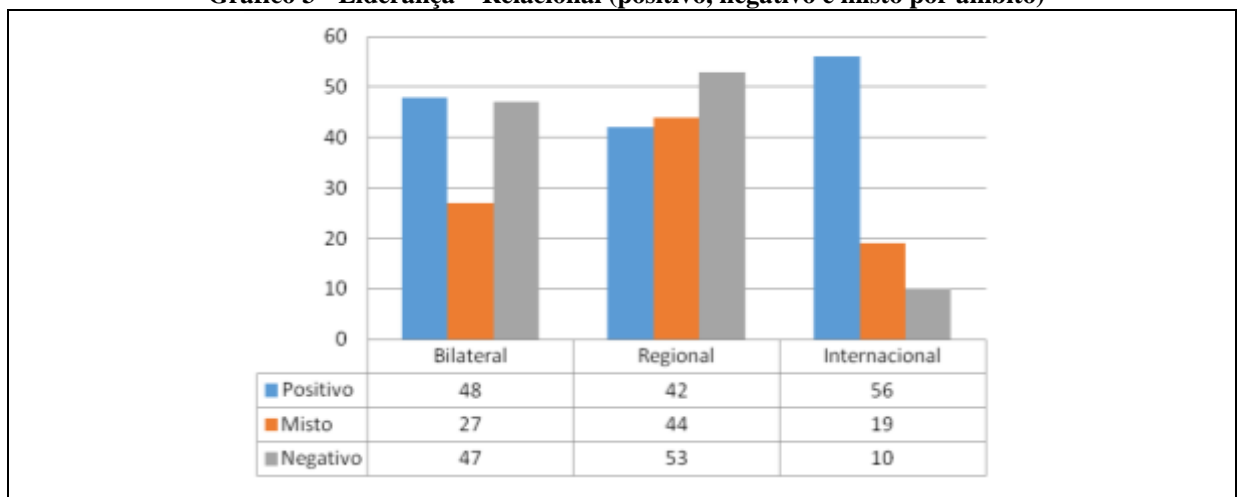
Verdade não deixaram de ser mencionados, mas não compensaram o volume de matérias pessimistas sobre as questões políticas e sociais do Brasil no âmbito interno.

#### 2.4.1.2 Atributos Relacionais

Foram identificados ao todo 346 artigos que diziam respeito às relações do Brasil com outros países, na área política e diplomática. Chamamos esta seção de "relacional" pois trata-se das questões que envolvem a *interação* do Brasil com o exterior, do ponto de vista dos processos de socialização. Ou seja, revela em que medida o Brasil é percebido como um líder capaz de desenvolver iniciativas de cooperação e integração sem usar suas capacidades materiais (economia e poderio militar).

Na divisão entre âmbito bilateral, regional e internacional a área que recebeu mais espaço nos jornais foi a regional. O tom das abordagens em cada uma das esferas pode ser visto no gráfico 3, onde fica clara a diferença entre elas. Enquanto a inserção do Brasil no âmbito regional é mais negativa do que positiva, na relação com cada um dos quatro vizinhos os artigos positivos e negativos se igualam e no âmbito internacional as visões positivas são predominantes. Nas três subseções a seguir são exploradas como os jornais regionais percebem as três esferas de relações políticas e diplomáticas do Brasil.

**Gráfico 3 - Liderança – Relacional (positivo, negativo e misto por âmbito)**

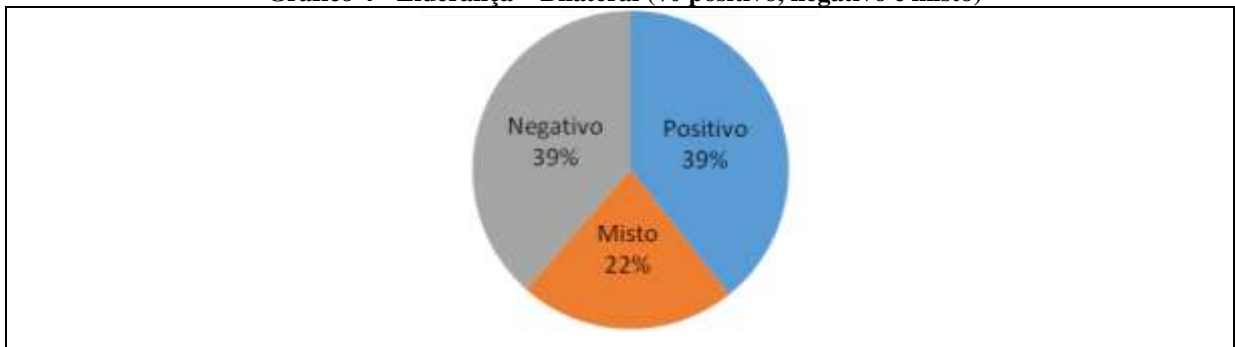


Fonte: elaborado pela autora (2016)

### 2.4.1.2.1 Bilateral

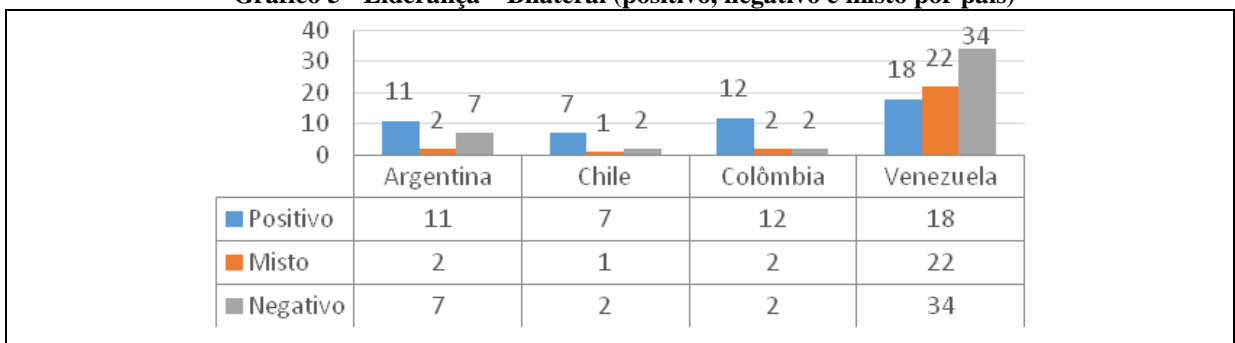
No que diz respeito às relações bilaterais de âmbito político e diplomático do Brasil com cada um dos quatro vizinhos, foram identificados 122 artigos. Desses, mais da metade (74) foram encontrados em jornais venezuelanos. Assim, apesar de as imprensas da Argentina, do Chile e da Colômbia apresentarem visões bastante positivas sobre as relações bilaterais, o peso quantitativo da imprensa venezuelana, que foi muito pessimista, gerou um empate entre as visões positivas e negativas no total. A distribuição total e por país dos posicionamentos nos artigos podem ser vistas nos gráficos 4 e 5.

**Gráfico 4 - Liderança – Bilateral (% positivo, negativo e misto)**



Fonte: elaborado pela autora (2016)

**Gráfico 5 - Liderança – Bilateral (positivo, negativo e misto por país)**



Fonte: elaborado pela autora (2016)

Nos jornais argentinos, foram identificados apenas 22 artigos sobre relação bilateral com o Brasil em termos políticos e diplomáticos. Nesse universo, as visões positivas ultrapassaram por pouco as visões negativas. O foco da cobertura foi a tensão e crise no vínculo dos sócios tradicionais, que têm origem comercial, mas transbordam para a política. Outro impacto contraproducente da relação Brasil-Argentina foi o aprofundamento dos escândalos de corrupção brasileiros, que atingiram vendas da Petrobrás na Argentina. Por outro lado, o bom relacionamento entre mandatários e ministros dos dois países refletiu-se nas

abordagens positivas da imprensa. Durante todo o período, as trocas de elogios entre as presidentas Cristina Kirchner e Dilma Rousseff, e também entre o ex-presidente Lula e a governante argentina, estiveram presentes nos artigos tanto do *Clarín* como do *La Nación*. Além disso, a ascensão de Mauro Vieira como Ministro das Relações Exteriores foi compreendida pelos jornais argentinos como gesto de boa vontade do governo Dilma para a normalização das relações bilaterais.

Entre os dez artigos que trataram das relações bilaterais entre Chile e Brasil no âmbito político e diplomático, sobressaíram-se as abordagens positivas. Os diários chilenos destacaram novos acordos bilaterais e iniciativas de cooperação na área de educação, cultura, pesquisa científica na Antártica, infraestrutura e energia. A proximidade entre presidentes e ex-presidentes também foi destaque na imprensa do país. Tanto a relação entre Lula e Piñera como entre Dilma e Bachelet foram descritas de forma muito positiva. Os aspectos negativos foram relacionados a uma questão histórica de apoio de brasileiros ao golpe contra Allende no Chile, e ao questionamento de opositores chilenos sobre a importância de visitas de Bachelet ao Brasil.

Nos jornais colombianos foram identificados 16 artigos sobre a relação entre Brasil e Colômbia. A maioria deles apresentou uma visão positiva sobre a participação brasileira no processo de paz entre o governo colombiano e o grupo guerrilheiro ELN e as FARC. Nesse sentido, o ex-presidente Lula foi mencionado frequentemente por seus discursos pela paz na Colômbia. Além disso, predominou uma visão de alta sinergia entre os dois países. Os jornais ressaltaram as convergências entre os presidentes Dilma e Manuel Santos no que diz respeito à infraestrutura, educação e acesso a novas tecnologias. A abertura de um novo consulado brasileiro na Colômbia foi vista como sinal dessa aproximação. O destaque negativo foi para as propostas do político Jair Bolsonaro de tratar as FARC como organização terrorista e investigar o nexo da guerrilha com o crime organizado no Brasil.

Os jornais venezuelanos foram os que deram mais espaço para as relações bilaterais com o Brasil, contando com 74 artigos sobre as relações políticas e diplomáticas entre os dois países. A maioria dessas publicações tratou sobre a participação brasileira na resolução das crescentes tensões políticas na Venezuela, após a morte do presidente Hugo Chávez. Entretanto, a visão da imprensa venezuelana foi predominantemente negativa.

O jornal *El Universal*, que é mais crítico ao presidente Nicolás Maduro, exigiu um posicionamento mais rígido do Brasil em relação à situação interna venezuelana. De acordo com essa visão, o Brasil estaria “fechando os olhos” para as “medidas antidemocráticas” de Maduro. O jornal *El Nacional*, por outro lado, destacou que o Brasil estaria “decepcionado”

com a Venezuela, e, por isso reduzia seu apoio ao país e ao governo de Maduro. Apesar das críticas tanto do jornal mais alinhado à oposição como do jornal mais alinhado ao governo, a importância da participação brasileira na mediação entre os grupos políticos venezuelanos foi mencionada com frequência. Ambos os jornais atribuem grande peso ao Brasil nas questões domésticas da Venezuela.

A falta de comunicação entre os ministros das relações exteriores dos dois países foi outra questão que repercutiu negativamente nos dois jornais venezuelanos. O incidente foi causado pelo fechamento de um acordo entre o governo de Maduro e o movimento social brasileiro MST, sem o conhecimento das autoridades brasileiras. Esse foi considerado mais um sinal de um afastamento entre os governos, que na era Lula-Chávez estiveram tão próximos. Já uma frustrada visita de senadores brasileiros a líderes da oposição na Venezuela foi registrada de maneira neutra, evidenciando que apesar dos constrangimentos, não houve maiores consequências para as relações bilaterais.

Percebe-se, portanto, que as questões políticas e diplomáticas de âmbito bilateral foram abordadas de maneiras muito distintas, variando de acordo com os países e os jornais analisados. As imprensas chilena e colombiana apresentaram as visões mais positivas, destacando o bom relacionamento entre mandatários e a convergência em diversos assuntos de cooperação. Na imprensa argentina, também foi registrado relacionamento entre as presidentas, que apesar de muito positivo não parece suficiente para solucionar as dificuldades bilaterais de origem comercial. Já o caso venezuelano reflete a situação de crise política interna no país, e a insatisfação tanto do governo como da oposição em relação à postura brasileira. Ambos os lados consideram que o Brasil tem sido excessivamente passivo na mediação do conflito.

Pode-se dizer, assim, que apesar do sucesso da diplomacia presidencial e de iniciativas de cooperação com os países do Pacífico, o Brasil não desempenha com sucesso o papel de mediador da principal crise política no subcontinente. O exercício da liderança, nesse sentido, dependeria de uma participação mais ativa nas crises regionais.

#### *2.4.1.2.2 Regional*

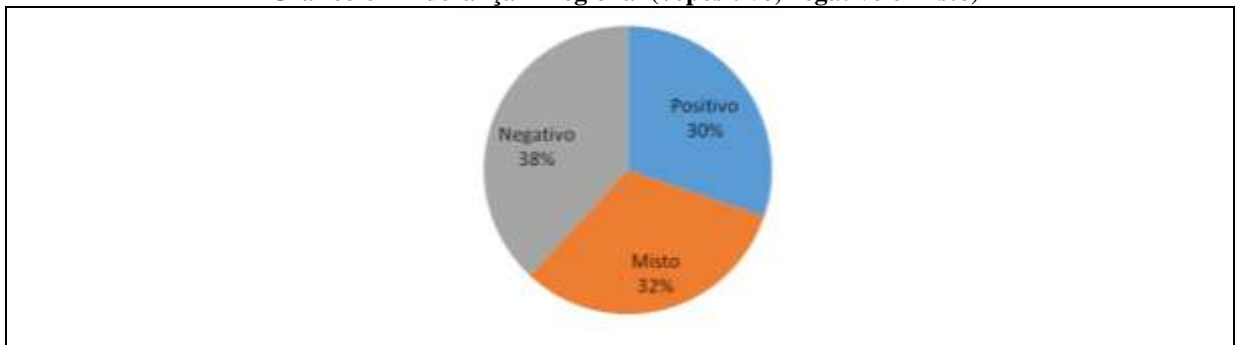
No que diz respeito às relações políticas e diplomáticas do Brasil com a região<sup>8</sup>, foram identificados 139 artigos. Os jornais argentinos foram os que apresentaram uma visão mais

---

<sup>8</sup> Como mencionado na metodologia, o conceito de região usado aqui foi expandido para América Latina, a fim de simplificar sem generalizar demais.

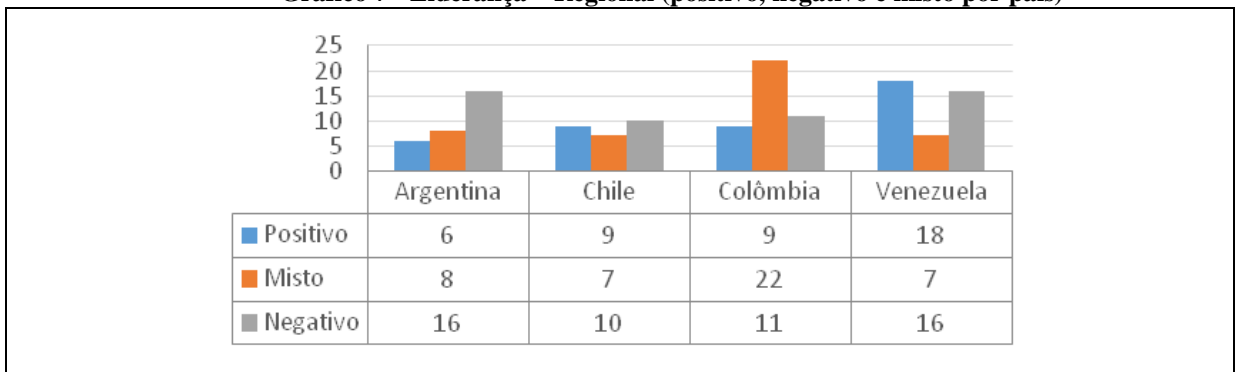
negativa das relações do Brasil na região, sobretudo no que diz respeito às iniciativas de integração. A imprensa venezuelana também apresentou muitas publicações negativas, mas foram as positivas que prevaleceram, sobretudo quando o assunto foi Unasul. Já os jornais colombianos realizaram uma cobertura classificada como “mista”, mais descritiva dos acontecimentos sem posicionamentos detectáveis. É possível ver a distribuição total da seção e das imprensas de cada país nos gráficos 6 e 7. O assunto mais destacado em todos os jornais, de maneira geral positiva, foi o papel brasileiro na mediação da crise política na Venezuela. Outros tópicos que ocuparam o noticiário foram o conflito diplomático entre Brasil e Bolívia, a chegada de médicos cubanos no Brasil e questões mais amplas sobre a integração regional.

**Gráfico 6 - Liderança – Regional (%positivo, negativo e misto)**



Fonte: elaborado pela autora (2016)

**Gráfico 7 - Liderança – Regional (positivo, negativo e misto por país)**



Fonte: elaborado pela autora (2016)

Com a escalada das tensões políticas na Venezuela, a imprensa regional deu destaque para a participação brasileira no estabelecimento do diálogo entre governo e oposição, de maneira essencialmente otimista. Para o jornal chileno *La Tercera*, esta seria uma grande chance para o Brasil recuperar a atitude de liderança que estaria perdendo. Os jornais colombianos, apesar de serem bastante neutros na cobertura da crise venezuelana, também

registram uma mudança na postura brasileira, que estaria passando do silêncio para a ativa participação na solução do conflito. Os jornais argentinos, por outro lado, foram muito críticos à posição passiva do Brasil. O *La Nación* considerou esse comportamento um “erro estratégico inadmissível para um suposto líder regional”. Muitos diários regionais relataram a mediação brasileira por meio da Unasul. Curiosamente, a imprensa venezuelana foi muito mais positiva em relação ao desempenho do Brasil através da instituição do que em relação ao papel do Brasil como intermediador individual.

Um evento negativo que circulou muito nos jornais dos quatro países foi o conflito diplomático com a Bolívia. O incidente foi causado pela fuga de um senador boliviano, opositor ao governo de Evo Morales, da embaixada brasileira com assistência de um funcionário brasileiro. Os jornais destacaram que o caso resultou na demissão do chanceler brasileiro, revelando certa resistência de membros do Itamaraty às diretrizes de política externa do governo Dilma Rousseff. Outro assunto que rendeu algumas manchetes foi o repúdio dos médicos brasileiros à chegada de médicos cubanos para integrar o programa federal “Mais Médicos”. Os jornais argentinos foram muito críticos ao programa, enquanto os jornais chilenos criticaram as condições nas quais os médicos cubanos foram recebidos (xenofobia e salários baixos). Já os jornais venezuelanos desatacaram positivamente que o programa era sinal da aproximação do Brasil a Cuba.

Os artigos que trataram sobre a questão da integração de maneira mais genérica foram quase sempre críticos, uma vez que as imprensas dos quatro países destacaram o “fracasso” da integração sul-americana. O jornal venezuelano *El Universal* considerou que a Aliança do Pacífico seria uma resposta aos “erros” do Brasil na região, que fez com que Chile, Colômbia e Peru procurassem solução ao norte e no Pacífico. Nessa linha, o diário colombiano *El Espectador* lamentou a falta de pragmatismo do MERCOSUL, que hoje seria um bloco mais “antiestadunidense” do que um bloco comercial. Os jornais argentinos tenderam a seguir a mesma linha. O chileno *La Tercera*, pelo contrário, considerou que a integração regional está em dúvida devido às disputas entre Brasil e Argentina e à postura dura de Dilma Rousseff em relação à Venezuela. De acordo com essa visão, não haveria uma liderança única, mas vários países buscando seus interesses nacionais.

A percepção dos vizinhos sobre a projeção política e diplomática do Brasil na região não é consensual. Enquanto diversos veículos consideram que o problema da integração são as divergências ideológicas entre os países do MERCOSUL e os países da Aliança do Pacífico, outros consideram que são as próprias divisões dentro do Mercosul. A maioria concorda, contudo, que a integração regional tem desafios a superar. Por outro lado, a



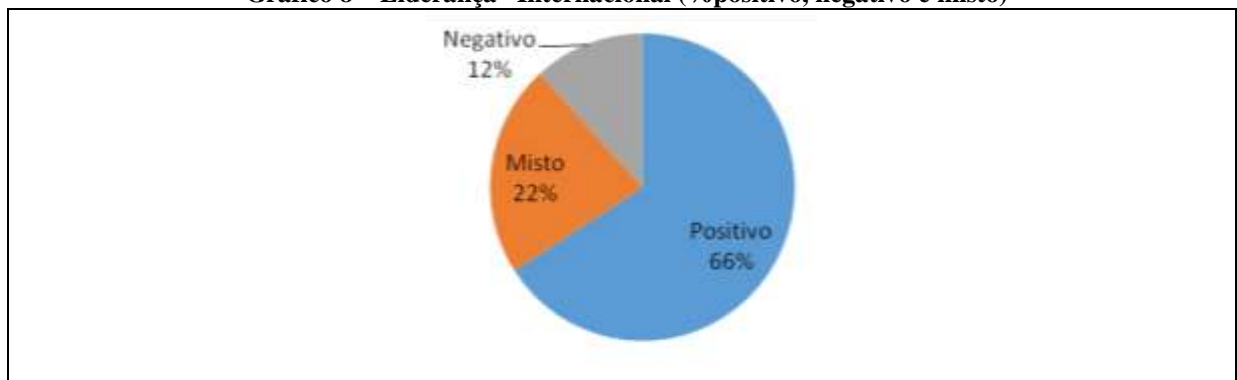
participação da Unasul na mediação da crise política venezuelana foi bem aceita por todos os jornais (inclusive os venezuelanos), destacando-se a posição brasileira de liderança na instituição. Questões conjunturais, como o incidente com a Colômbia e a rejeição dos médicos cubanos no Brasil revelaram que os vizinhos estão atentos para a crescente polarização na política interna brasileira, que afeta as relações regionais.

#### 2.4.1.2.3 Internacional

No que diz respeito às relações políticas e diplomáticas extra-regionais do Brasil, foram identificados 85 artigos. As percepções das imprensas nessa área foram predominantemente positivas em todos os países analisados. A distribuição total dos posicionamento assim como a distribuição por país podem ser vistas nos gráficos 8 e 9.

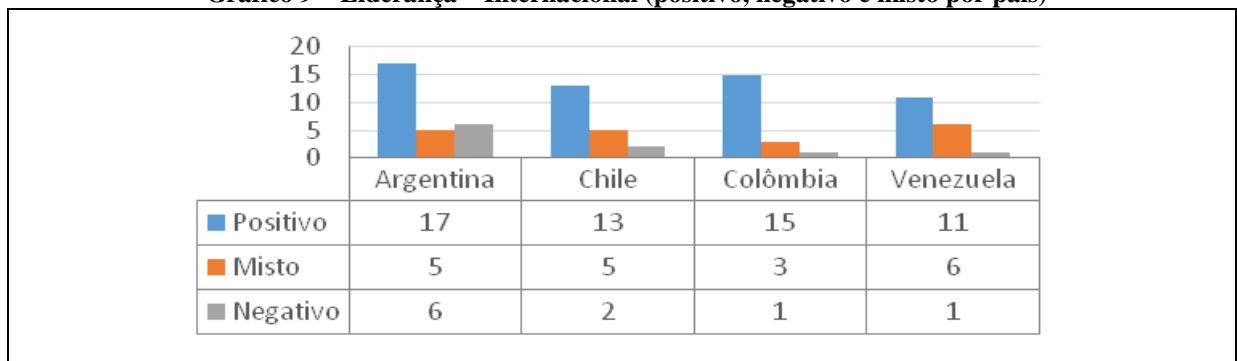
Entre os assuntos mais destacados está a relação do Brasil com as grandes potências, Estados Unidos, China e Rússia, e a participação nos BRICS. Várias matérias, de maneira bastante otimista, giraram em torno da emergência brasileira no cenário internacional. Os desafios, entretanto, não deixaram de ser mencionado.

**Gráfico 8 – Liderança – Internacional (%positivo, negativo e misto)**



Fonte: elaborado pela autora (2016)

**Gráfico 9 – Liderança – Internacional (positivo, negativo e misto por país)**



Fonte: elaborado pela autora (2016)

Após os escândalos de espionagem que eclodiram em 2013, toda a imprensa regional acompanhou a reaproximação entre Brasil e Estados Unidos. O relançamento das relações entre os dois países foi visto de maneira positiva, com destaque para a assinatura de acordos na área de comércio, turismo, segurança social e meio-ambiente. O jornal argentino *La Nación* foi exceção ao considerar que o endurecimento brasileiro em relação aos EUA fez com que a América do Sul ficasse fora da agenda do norte.

A parceria entre Brasil e China foi destacada por todos os jornais, mas principalmente pelos colombianos e chilenos. Enquanto para os Argentinos e Venezuelanos a presença chinesa foi vista como uma oportunidade para a região como um todo, os diários da Colômbia e do Chile focaram nas relações bilaterais entre os países. Esses periódicos deram muito destaque para o lançamento de um satélite sino-brasileiro e para os acordos de cooperação entre China e Brasil. A proximidade entre Brasília e Moscou também foi ressaltada nos jornais, principalmente chilenos, que perceberam o interesse russo em exercer influência no Brasil.

O grupo dos BRICS foi muito mencionado na mídia regional, especialmente em 2014, quando ocorreu a Cúpula do órgão no Brasil, com a presença dos países sul-americanos. A abordagem do evento foi predominante econômica<sup>9</sup>, mas algumas questões políticas também transpareceram nos jornais. Nos veículos colombianos, por exemplo, foi destacada a importância dos BRICS no respaldo à paz na Colômbia. O jornal chileno *La Tercera*, por sua vez, destacou a agenda de inclusão social e sustentabilidade do grupo. Já o *El Nacional*, da Venezuela, denunciou que os projetos “que se denominam antiimperialistas” dos BRICS não valorizariam a democracia.

A participação do Brasil no bloco foi entendida, de maneira geral como a ponte para os “gigantes emergentes”. Nos jornais argentinos, contudo, foi expresso certo ressentimento sobre a posição periférica da Argentina em relação aos BRICS. Chegou a circular nos diários argentinos o rumor de que a Argentina seria convidada para fazer parte do grupo, o que não aconteceu.

Houve destaque na imprensa regional para a classificação de Dilma Rousseff como a mulher mais poderosa da América e a segunda mais poderosa do mundo, pela revista estadunidense *Forbes*. Essa projeção internacional da mandatária foi vista como reflexo da ascensão brasileira nos últimos anos e pela busca do Brasil por um papel de maior protagonismo no mundo por meio de uma diplomacia ativa e autônoma e orientada para a

---

<sup>9</sup> Ver em Atributos de Hegemonia - Internacional

relação Sul-Sul (*El Espectador*). Por outro lado, os jornais argentinos ressaltaram obstáculos domésticos às aspirações globais brasileiras, como desigualdade e falta de infraestrutura. Além disso, segundo o *La Nación* e o *El Tiempo*, o fato de o Brasil buscar liderança não apenas na América Latina, mas também na África, contribuiu para que o país continue à margem da região.

Percebe-se, portanto, que os atributos de liderança no que diz respeito às relações do Brasil com o mundo são vistos de maneira altamente positiva pelos vizinhos. Apesar de algumas críticas, principalmente da Argentina, a projeção internacional brasileira é inegável e é considerada uma oportunidade para a projeção da região como um todo.

#### 2.4.2 Atributos de Hegemonia

Nesta seção foram analisados os artigos de jornal relacionados aos atributos de hegemonia do Brasil. Ou seja, as publicações que envolvem as capacidades materiais de poder do país: economia e segurança. Do total da amostra de 2100 artigos, 985 (47%) diziam respeito a esses temas, aqui referidos como atributos de hegemonia.

A análise, assim como na seção anterior, foi subdividida em dois eixos principais: **atributos internos**, onde estão as notícias sobre questões econômicas e de segurança de âmbito doméstico brasileiro; e **atributos relacionais**, onde estão as notícias sobre as relações econômicas e militares do Brasil com cada um dos vizinhos selecionados (bilateral), com a região (regional) e com o mundo (internacional). Do total de artigos que tratam dos atributos de hegemonia, 44% relacionavam-se aos atributos hegemônicos internos e 56% aos atributos hegemônicos relacionais. No que diz respeito à distribuição temática, 70% dos artigos nessa seção referiam-se às questões econômicas e 30% às questões de segurança e defesa.

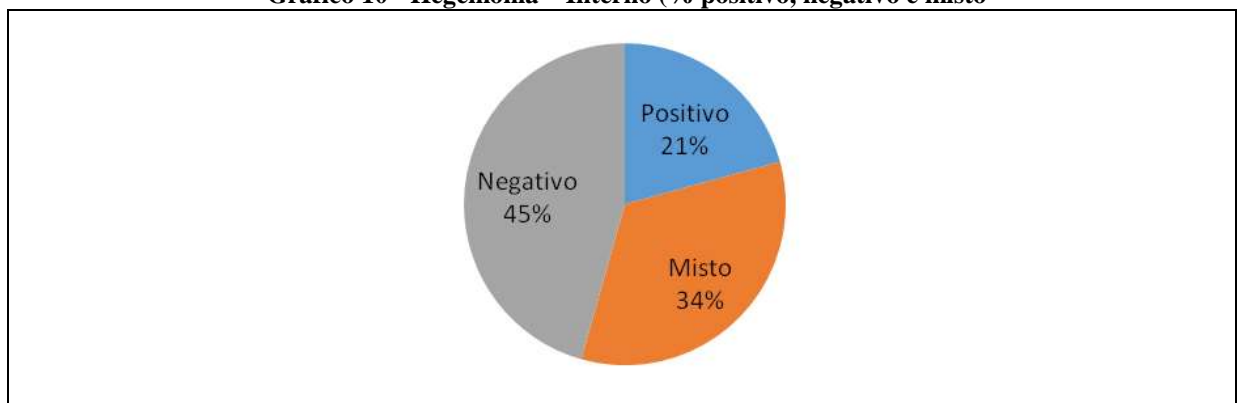
Na análise dos atributos internos buscou-se identificar como os vizinhos percebem o potencial econômico e securitário do Brasil. Afinal, o exercício da hegemonia depende da capacidade do Estado dominante de prover bens materiais e segurança regional. É importante notar, contudo, que esta seção trata de *potenciais*. Ou seja, os artigos que reconheceram o Brasil como um país forte militarmente foram classificados como positivos, mesmo que isso não necessariamente resulte em maior segurança regional. A ideia subjacente é que o Brasil precisa ser forte para garantir a paz na região. Da mesma forma, o reconhecimento de uma economia pujante no Brasil não significa a provisão de bens aos vizinhos, mas foi considerado um pressuposto fundamental para tanto.

Na análise dos atributos relacionais, por sua vez, buscou-se identificar como os vizinhos veem as relações econômicas e securitárias do Brasil. Ou seja, como a atuação bilateral, regional e internacional do Brasil é percebida do ponto de vista da provisão de bens econômicos e de segurança. Assim, acordos comerciais e de defesa foram considerados positivos, enquanto os desajustes com vizinhos ou Estados extra-regionais foram considerados negativos.

#### 2.4.2.1 Atributos Internos

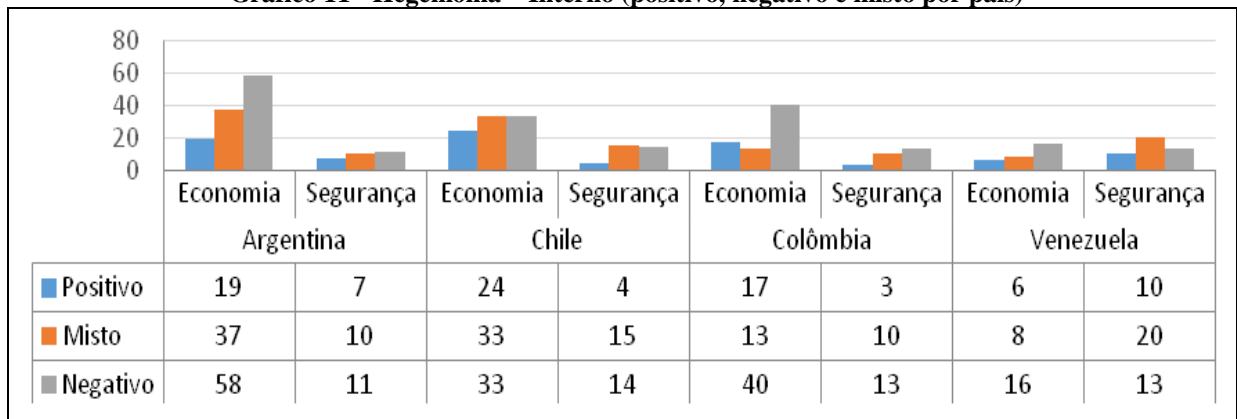
Foram identificados 434 artigos sobre questões econômicas e securitárias de âmbito doméstico do Brasil. Desses, 70% referiram-se à economia e 30% à segurança e defesa. A imprensa argentina foi a que mais publicou matérias econômicas (114), a maioria delas apresentando notícias negativas. Os jornais da Venezuela foram os que deram menos espaço para esse tema em sua cobertura (apenas 30 publicações), mas também bastante pessimista. Em relação aos artigos de segurança e defesa, a distribuição foi equilibrada entre os quatro países, tanto em termos de volume quanto em termos de posicionamento. Esses dados podem ser observados no gráfico 11. De maneira geral, as capacidades materiais internas brasileira foram contestadas, e 45% dos artigos sobre os assuntos econômicos e securitários tiveram viés negativo (gráfico 10).

**Gráfico 10 - Hegemonia – Interno (% positivo, negativo e misto)**



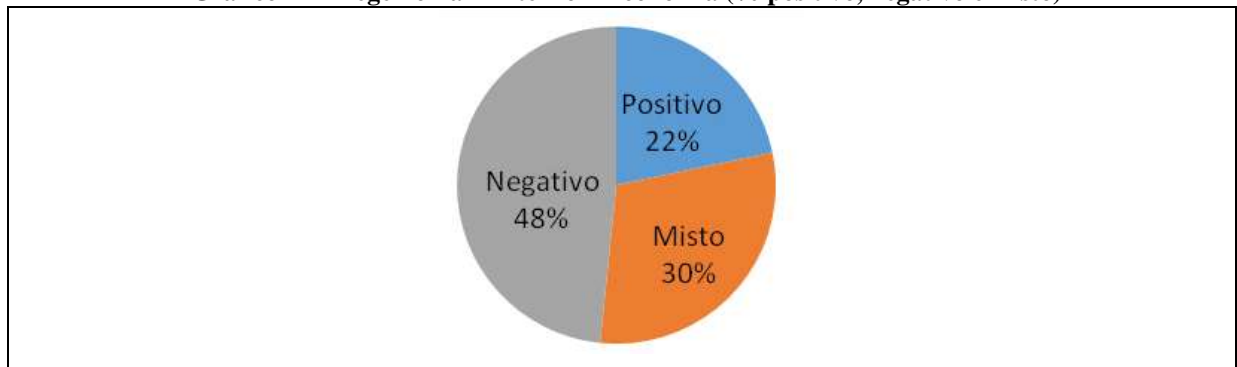
Fonte: elaborado pela autora (2016)

Gráfico 11 - Hegemonia – Interno (positivo, negativo e misto por país)



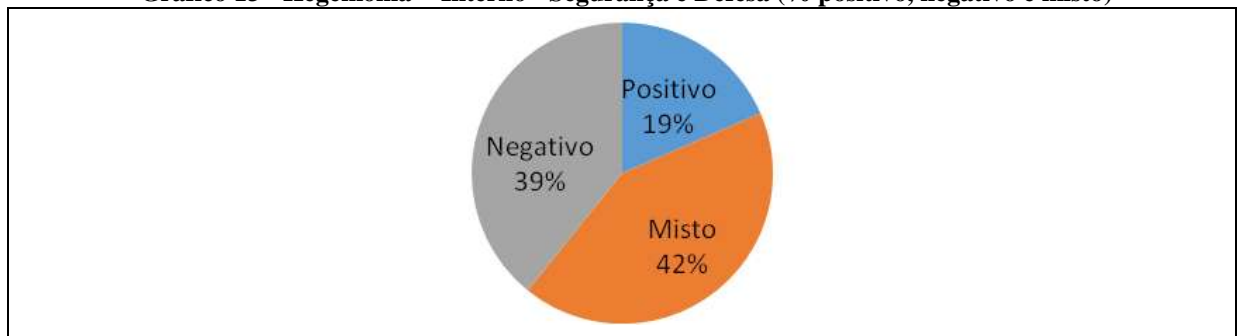
Fonte: elaborado pela autora (2016)

Gráfico 12 - Hegemonia - Interno – Economia (% positivo, negativo e misto)



Fonte: elaborado pela autora (2016)

Gráfico 13 - Hegemonia - Interno - Segurança e Defesa (% positivo, negativo e misto)



Fonte: elaborado pela autora (2016)

A situação **econômica** brasileira foi acompanhada pelos jornais regionais de maneira bastante intensa. No total, foram 304 artigos sobre o assunto. As notícias relacionadas à crise econômica, incluindo a deterioração de indicadores, como PIB, taxa de emprego, taxa de câmbio e inflação, foram predominantes. Isso explica por que 48% das publicações nessa área foram classificadas como negativas. Esses números podem ser vistos no gráfico 12. Apesar de os artigos de 2013 ainda haverem registrado alguns bons resultados econômicos do Brasil, as

notícias de 2014 e 2015 destacaram a entrada em recessão da economia brasileira e as dificuldades do governo em aprovar reformas econômicas.

Os jornais argentinos ressaltaram o processo de desindustrialização brasileiro e a dificuldade em aumentar a produtividade da indústria, resultando na fuga de capitais. Segundo o *Clarín*, o Brasil não está convergindo para o “capitalismo avançado” e está excluído da fronteira tecnológica atual. Os jornais chilenos, por sua vez, ressaltaram negativamente o protecionismo brasileiro. O diário *El Mercurio* destaca que o Brasil é um dos países do mundo que mais aprova medidas contra importações. Além disso, os chilenos também foram os que mais registraram a queda na classificação de risco do Brasil pelas agências internacionais.

Entre os jornais venezuelanos, o *El Nacional* não apresentou notícias negativas sobre a economia brasileira, enquanto o *El Universal* considerou o mau desempenho econômico como sinal do fracasso do governo de Dilma Rousseff. Os diários colombianos, por sua vez, preocuparam-se com as consequências sociais da crise. De acordo com o jornal *El Espectador*, a reação do governo de cortar gastos e aumentar a taxa de juros seriam as medidas que atingiriam diretamente os milhões de brasileiros que saíram da pobreza extrema na última década. Assim, houve forte ênfase à desigualdade econômica que persiste no país.

Outros destaques negativos na imprensa dos quatro países foram questões energéticas: a seca, que assolou o Brasil em 2013 e 2014 e pressionou o preço da energia elétrica; a queda do preço internacional do petróleo, que afetou a produção brasileira; e as perdas da Petrobrás, foco de escândalos de corrupção. Por outro lado, a maioria dos jornais mencionou as descobertas de hidrocarbonetos no Atlântico Sul e o aumento da exploração de petróleo no Brasil. O jornal chileno *El Mercurio* afirmou que o Brasil triplicará a produção até 2035 e o colombiano *El Espectador* disse que o país se tornará o maior vendedor de petróleo e um dos principais produtores de energia do mundo. A virada em direção a uma política econômica liberal no segundo governo Dilma também foi vista com otimismo pelos jornais *La Nación* e *El Universal*. Para o *El Espectador* e o *El Mercurio*, foram os anúncios em investimentos em infraestrutura que chamaram mais atenção positiva.

Entre as 130 publicações que se referiram às questões de **segurança e defesa** no âmbito interno, a maioria (42%) apresentou uma abordagem descritiva, sem atribuição de valor. Entretanto, alguns temas negativos recorrentes na imprensa dos quatro países, como o alto índice de homicídios no Brasil e a violência policial nas favelas (envolvendo inclusive tortura), somaram 39% da amostra. Já a cobertura da segurança durante os grandes eventos que ocorreram no país nesse período (Copa das Confederações, visita do papa, e Copa do

Mundo) foi predominantemente positiva. Mesmo assim, as matérias positivas foram menos de 20% do total. Esses dados podem ser observados no gráfico 13.

Os jornais venezuelanos foram os que deram mais destaque para assuntos de defesa tradicional (questões militares que não incluem segurança pública), como alterações no marco brasileiro de compras militares e o fato de que o Brasil, apesar de contar com o maior orçamento de defesa da região, foi ultrapassado pela Venezuela nas importações de armamentos. Já a notícia da compra brasileira de aviões-caça suecos foi destaque não apenas na Venezuela, mas em toda imprensa regional, apresentada de maneira neutra.

Na cobertura dos grandes eventos, as notícias mais frequentes na imprensa regional foram relacionadas ao uso de *drones* de tecnologia israelense, à pacificação de favelas e à mobilização de forças militares em âmbito doméstico. As abordagens desses temas foram diversas nos oito jornais analisados, mas, de maneira geral, sobressaiu-se o tom positivo.

Portanto, a análise dos artigos da imprensa regional sobre a economia e a situação de segurança interna do Brasil sugere que há dúvidas sobre o potencial do país para exercer hegemonia baseado em suas capacidades materiais domésticas. Afinal, os jornais destacam a crise econômica e os problemas de segurança pública (sociedade e polícia violentas). Essas fragilidades materiais são incompatíveis com a provisão de bens materiais e de segurança, que são os principais instrumentos do hegêmona.

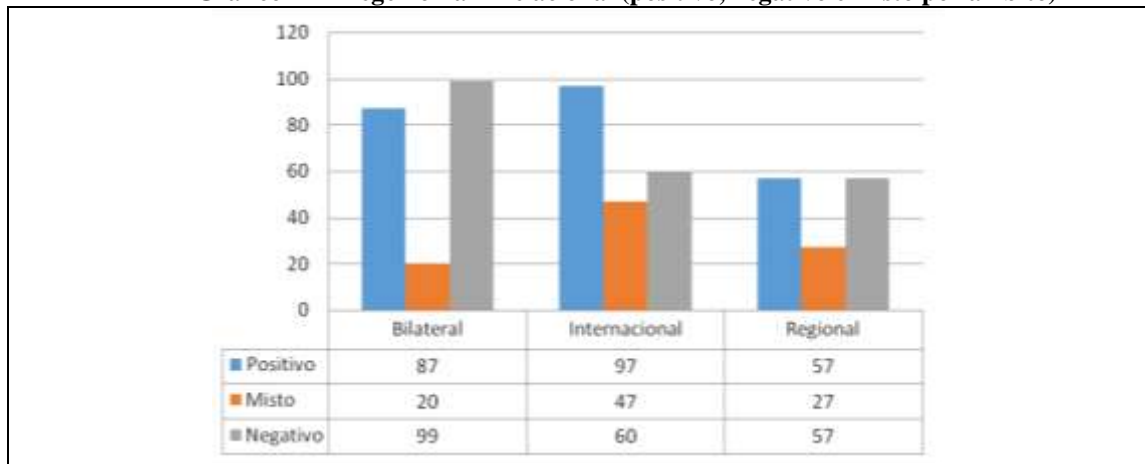
É preciso notar, contudo, a abordagem conjuntural dos jornais, que tratam predominantemente de fenômenos de curto e médio-prazo. Nesse sentido, a crise econômica pode ser passageira e não necessariamente afetar atributos estruturais do Brasil, que continua sendo a maior economia da região, detentora de grandes reservas de petróleo. Da mesma forma, as publicações sobre o sucesso da segurança nos grandes eventos não afeta fundamentalmente problemas como a violência policial e pouco investimento relativo em defesa nacional.

#### 2.4.2.2 Atributos Relacionais

Foram identificados ao todo 551 artigos que diziam respeito às relações do Brasil com outros países na área de economia e defesa. Chamamos esta seção de "relacional" pois trata-se das questões que envolvem a *interação* do Brasil com o exterior, do ponto de vista das suas capacidades materiais. Ou seja, revela em que medida o Brasil é percebido como um provedor de bens materiais e de segurança para os seus vizinhos.

O volume maior de publicações nesta seção dizia respeito às questões econômicas, que somaram 377 artigos (68%), enquanto as questões de segurança e defesa somaram 174 (32%). Na divisão entre âmbito bilateral, regional e internacional a área que recebeu mais espaço nos jornais foi a bilateral (sobretudo nos diários argentinos). O tom das abordagens em cada uma das esferas pode ser visto no gráfico 14, onde fica clara a diferença entre elas. Enquanto as interações do Brasil com cada um dos quatro vizinhos é levemente mais negativa do que positiva, no âmbito regional os artigos positivos e negativos se igualam e no âmbito internacional as visões positivas são predominantes. Nas três subseções a seguir são exploradas como os jornais regionais percebem as três esferas de relações econômicas e securitárias do Brasil.

**Gráfico 14 - Hegemonia – Relacional (positivo, negativo e misto por âmbito)**

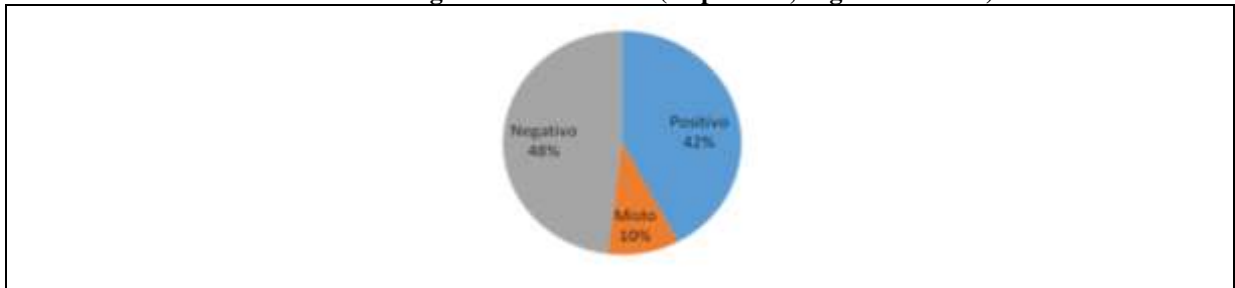


Fonte: elaborado pela autora (2016)

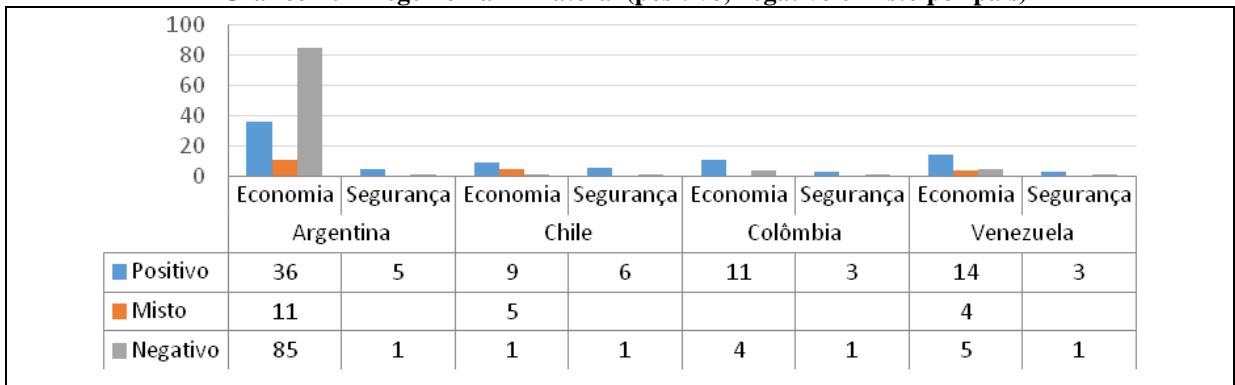
#### 2.4.2.2.1 *Bilateral*

Foram identificados 206 artigos sobre as relações econômicas e securitárias entre o Brasil e os quatro vizinhos. Desses, 90% se referiam à economia e apenas 10% à segurança. A cobertura econômica foi muito concentrada nos veículos argentinos, que publicaram 132 das 185 matérias sobre essa temática, a maioria com tom negativo. A imprensa dos outros três países, pelo contrário, apesar de haver dado pouco espaço para questões bilaterais de economia, manteve uma perspectiva positiva. As relações securitárias apareceram de maneira marginal na cobertura da imprensa regional. Nos oito jornais analisados, foram publicados apenas 21 artigos sobre o assunto, a grande maioria (81%) apresentando uma visão positiva. A distribuição dos posicionamentos por país e por áreas pode ser vista nos gráficos 15, 16, 17 e 18.

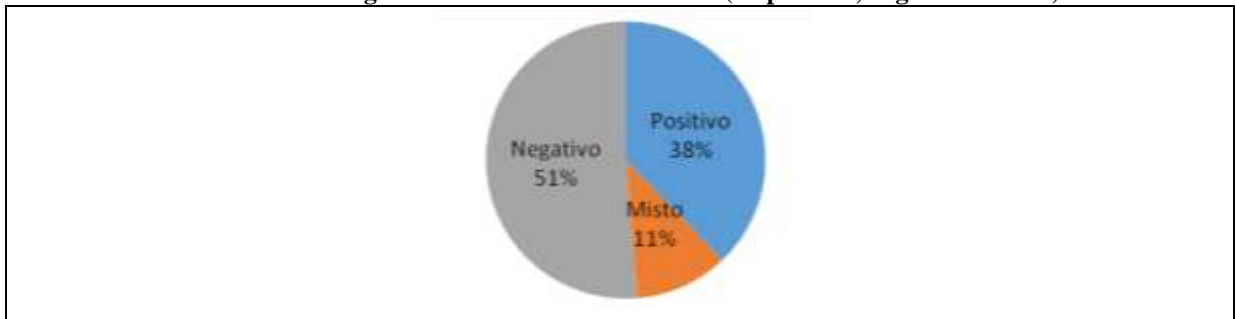


**Gráfico 15 - Hegemonia – Bilateral (% positivo, negativo e misto)**

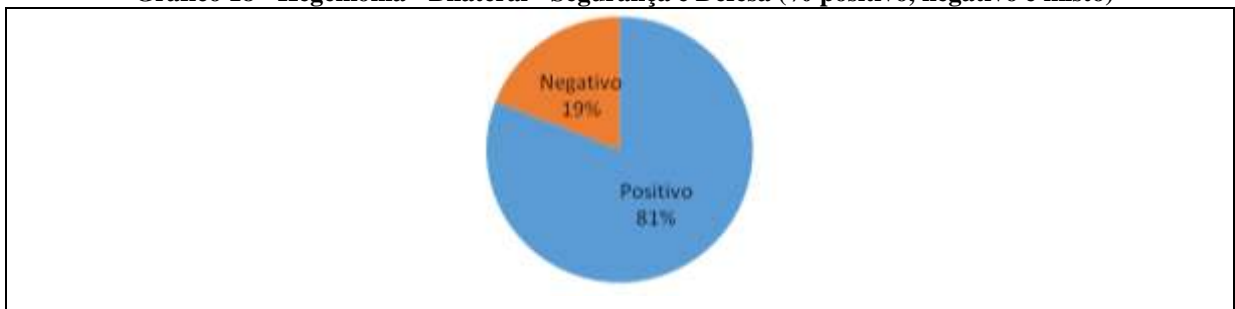
Fonte: elaborado pela autora (2016)

**Gráfico 16 - Hegemonia – Bilateral (positivo, negativo e misto por país)**

Fonte: elaborado pela autora (2016)

**Gráfico 17 - Hegemonia - Bilateral - Economia (% positivo, negativo e misto)**

Fonte: elaborado pela autora (2016)

**Gráfico 18 - Hegemonia - Bilateral - Segurança e Defesa (% positivo, negativo e misto)**

Fonte: elaborado pela autora (2016)

O grande peso das **relações econômicas** com o Brasil no noticiário argentino se explica pela redução acentuada no comércio bilateral. Segundo os jornais, esse arrefecimento

é resultado da imposição de travas de importação por parte da Argentina, sobretudo na indústria automotiva. Além disso, tanto o *Clarín* como o *La Nación* registraram com pessimismo a saída de empresários brasileiros da Argentina, principalmente pelas restrições cambiais impostas por Cristina Kirchner. Uma notícia que repercutiu muito foi a suspensão de um projeto milionário da mineradora Vale no país, por desacordo com o governo argentino. A crise econômica brasileira foi vista como mais um fator prejudicial para as relações bilaterais, já que atingiu as exportações argentinas para o Brasil. Por outro lado, a possibilidade de participação brasileira na negociação da dívida argentina com os fundos abutres foi registrada com otimismo.

Nos jornais venezuelanos, o foco da cobertura sobre as relações econômicas bilaterais foi a participação brasileira no abastecimento do país em crise, de forma positiva. Foram destacadas as parcerias na produção de alimentos e suprimentos básicos atingidos pela escassez e também os grandes projetos de infraestrutura mantidos por empresas brasileiras na Venezuela, como a Odebrecht. Negativamente, contudo, foram ressaltados os atrasos venezuelanos no pagamento pelas importações brasileiras, o que poderia tornar o comércio com a Venezuela perigoso para o Brasil. A notícia sobre a construção da refinaria Abreu e Lima foi abordada de diferentes maneiras pelos diários venezuelanos. Esse projeto havia sido concebido como binacional, mas acabou sendo uma realização apenas da Petrobrás. Enquanto o fracasso do acordo foi considerado negativo, já que a empresa petrolífera venezuelana PDVSA decidiu deixar o projeto, o fato de a Petrobrás não cobrar as dívidas da venezuelana foi visto como positivo.

A imprensa colombiana cobriu as relações econômicas bilaterais de maneira predominantemente positiva. Os destaques foram: as parcerias com o Brasil para incentivar a indústria e o comércio entre os dois países; o apoio do governo brasileiro à Avianca (empresa aérea colombiana de capital brasileiro); a participação da petrolífera colombiana Ecopetrol nas licitações de campos de petróleo no Brasil; e os acordos para preservação da Amazônia. Os destaques negativos foram os desafios compartilhados pelos dois países em termos de desigualdade, e para o medo de que a crise brasileira afetasse a economia colombiana.

Os jornais do Chile, por sua vez, focaram no bom desempenho das exportações chilenas para o Brasil (salmão e frutas, sobretudo) e no grande investimento chileno em empresas brasileiras. Em 2013, foi manchete o fato de que o Brasil ultrapassou a Argentina e se tornou o maior receptor de investimentos chilenos no exterior (25% do total de capitais chilenos fora do Chile). Algumas questões pontuais como problemas de importação de carne

bovina do Brasil e perda de receitas por empresas chilenas de alguns setores em operações no Brasil foram destaques negativos.

No que diz respeito às **questões securitárias** bilaterais, os destaques na imprensa foram as iniciativas de cooperação. Nos jornais argentinos foi registrada a colaboração entre Brasil e Argentina no controle de fronteiras para a Copa do Mundo, um pacto de luta contra a espionagem e a sociedade para a construção do avião militar KC-390. Os diários da Venezuela ressaltaram um acordo para aumentar a segurança nas regiões de fronteiras e uma parceria na área de defesa cibernética. Na Colômbia, o foco foram acordos do Brasil com o estaleiro naval colombiano Cotecmar, incluindo a construção conjunta de um patrulheiro amazônico. A imprensa chilena, por fim, ressaltou a cooperação entre os dois países na área de justiça e crimes transnacionais, na missão de paz do Haiti e nas bases militares na Antártida.

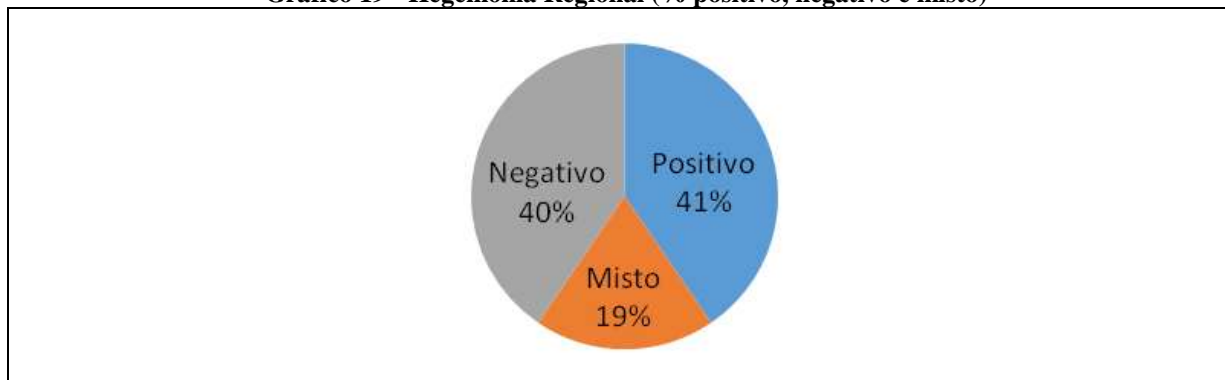
Conclui-se, portanto, que o Brasil é visto como provedor de segurança pela imprensa dos quatro países analisados. Apesar de não ser um assunto muito frequente nos jornais regionais, as cooperações na área de defesa são vistas como positivas. Já na área econômica, as visões variam de acordo com o país. A imprensa colombiana e venezuelana registraram claramente a provisão de bens materiais por parte do Brasil, tanto na forma de parcerias quanto de assistência. Já na imprensa chilena, a visão das relações econômicas bilaterais é positiva, mas o enfoque são os ganhos mútuos, principalmente do investimento chileno no Brasil. Na imprensa argentina, predomina a visão negativa, principalmente pela crise na relação comercial entre os dois países. Mesmo com notícias sobre a "ajuda" brasileira no caso dos fundos abutres (que seria uma forma de provisão de bens materiais), o que se destaca nos jornais argentinos é a dificuldade dos países em superar as diferenças no comércio.

#### *2.4.2.2.2 Regional*

Sobre a projeção econômica e securitária do Brasil na América Latina, foram identificados 141 artigos. Desses, 70% eram sobre economia e 30% sobre segurança. Ambas as temáticas foram cobertas de maneira bastante equilibrada no que diz respeito às perspectivas negativas e positivas. Na área econômica, houve leve predominância das visões positivas, enquanto na cobertura sobre segurança e defesa sobressaíram-se as negativas. A imprensa argentina foi a que mais publicou artigos sobre questões econômicas regionais, com enfoque negativo. Por outro lado, foi a que menos publicou temas de segurança, também com tendência negativa. Já a imprensa venezuelana sobressaiu-se com abordagens

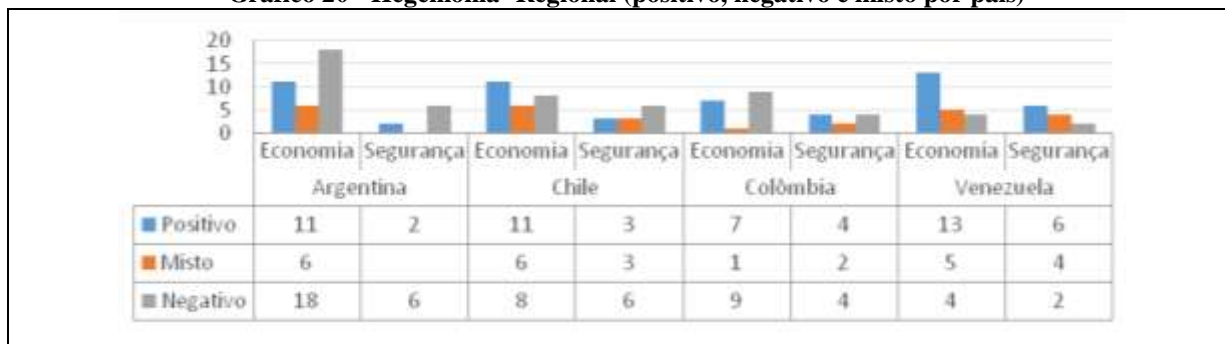
predominantemente positivas tanto na área econômica como na área securitária, enquanto os jornais colombianos e chilenos balancearam o tom negativo e positivo. A distribuição dos posicionamentos por país e por áreas pode ser vista nos gráficos 19, 20, 21 e 22.

**Gráfico 19 - Hegemonia Regional (% positivo, negativo e misto)**



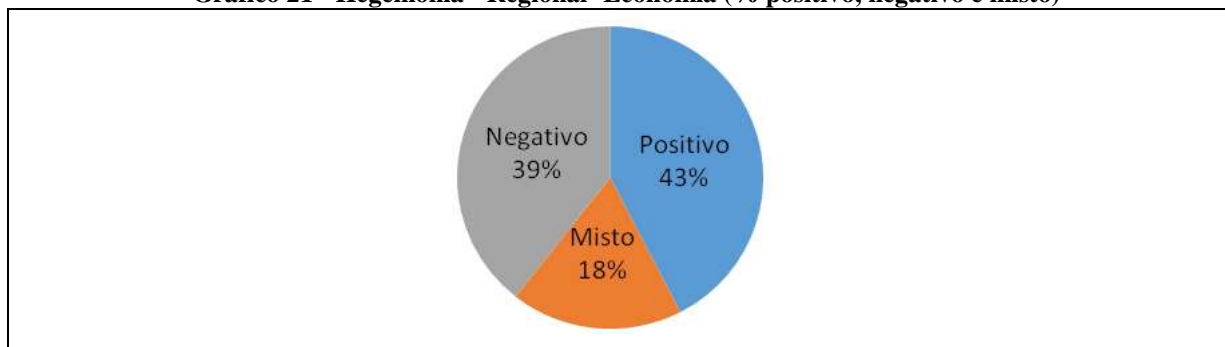
Fonte: elaborado pela autora (2016)

**Gráfico 20 - Hegemonia -Regional (positivo, negativo e misto por país)**



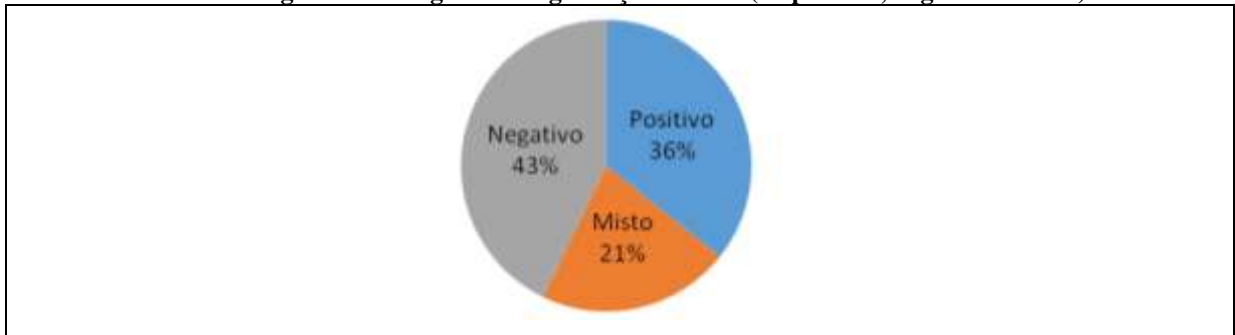
Fonte: elaborado pela autora (2016)

**Gráfico 21 - Hegemonia - Regional- Economia (% positivo, negativo e misto)**



Fonte: elaborado pela autora (2016)

**Gráfico 22 - Hegemonia - Regional - Segurança e Defesa (% positivo, negativo e misto)**



Fonte: elaborado pela autora (2016)

Entre os **assuntos de economia**, a situação do MERCOSUL foi o tópico que recebeu maior destaque na imprensa regional. Enquanto jornais chilenos e venezuelanos apresentaram o MERCOSUL sob uma perspectiva neutra ou positiva, nos jornais argentinos e colombianos sobressaiu o “fracasso” do bloco. Os veículos argentinos ressaltaram a estagnação comercial e as assimetrias estruturais entre os sócios. Para o *Clarín*, a integração seria de “muitas palavras, mas pouca ação”. Os jornais colombianos consideraram que o MERCOSUL é uma “aliança anacrônica” e que o Brasil não deveria se deixar moldar pela política econômica de países “como Argentina e Venezuela”. O jornal venezuelano *El Nacional*, apesar de manter uma abordagem mais neutra, também foi crítico ao considerar que os acordos do MERCOSUL não favorecem a Venezuela. De acordo com essa visão, embora a Venezuela seja um país-membro, ela ainda não estaria completamente incluída no bloco<sup>10</sup>.

Os avanços no acordo comercial entre MERCOSUL e União Europeia também marcaram o noticiário regional. Enquanto os jornais venezuelanos, colombianos e chilenos viram o progresso do acordo como positivo, os jornais argentinos ressaltaram as divergências entre Brasil e Argentina sobre o assunto. A imposição de bloqueios por parte do governo argentino tem sido reconhecida como a principal causa da paralisação das negociações. Por isso, desde o final de 2014 fala-se em “teoria das velocidades”, que permitiria que cada membro negociasse acordos separadamente com outros países. Essa possível flexibilização foi propagada positivamente pelos jornais argentinos como promessa de reativação do MERCOSUL em 2016.

A imprensa chilena apresenta poucas críticas em relação ao MERCOSUL e sugere que o Chile seja a ponte entre o bloco e a Aliança do Pacífico<sup>11</sup>. A ideia propagada pelos jornais chilenos, e também pelos colombianos, é de uma integração econômica regional abrangente,

<sup>10</sup> A Venezuela ainda não se beneficia das normativas migratórias do MERCOSUL, nem participa dos novos potenciais acordos comerciais, como entre MERCOSUL e União Europeia.

<sup>11</sup> Bloco comercial do qual fazem parte Chile, Colômbia, Peru e México.

para que a América Latina possa ter uma maior presença na comunidade internacional. Um dos fundamentos dessa visão é a complementaridade entre as economias brasileira e mexicana, as duas maiores da região. Nesse sentido, acordos entre Brasil e México, principalmente na área automotiva, foram bem vistos nos jornais chilenos, colombianos e argentinos. Os diários *La Nación* e *La Tercera*, contudo, introduziram também elementos negativos de disputa entre as duas grandes economias, considerando que o México superaria o Brasil.

Outro tema regional que repercutiu de forma positiva nos jornais da região foram os investimentos brasileiros em Cuba. A imprensa venezuelana, especialmente, destacou a aliança estratégica dos dois países, os investimentos no Porto de Mariel e em infraestrutura na ilha. Em contrapartida, questões como o avanço chinês na América Latina, a crise econômica, o protecionismo e a vulnerabilidade financeira brasileira foram vistas como desafios à inserção brasileira na região.

Na **área de segurança e defesa** os destaques regionais foram exercícios militares conjuntos, a posição brasileira sobre alguns conflitos latentes, o narcotráfico e o comércio de armamentos entre vizinhos. Em 2013, sobressaíram-se positivamente as matérias sobre o Cruzex Flight, um exercício militar multinacional que a Força Aérea brasileira organiza a cada dois anos em que participam Colômbia, Chile, Venezuela, Equador, Estados Unidos e Canadá. Para o jornal chileno *La Tercera*, trata-se do exercício militar mais importante da região, que é um “esforço brasileiro em ter um papel mais ativo no tabuleiro internacional”. Já os artigos nos jornais argentinos foram negativos, lamentando a ausência da Argentina no evento devido a falta de fundos e aeronaves em condições.

Outras iniciativas militares conjuntas registradas positivamente na imprensa foram aquelas voltadas para a desarticulação do tráfico de drogas na região amazônica, incluindo os exercícios combinados entre Colômbia, Peru e Brasil; a ativação da força naval brasileira na fronteira com a Venezuela, próxima do Suriname e da Guiana; e a troca de experiências e cooperação entre os ministros da defesa do Brasil e da Colômbia. Por outro lado, várias notícias trataram do tráfico de drogas na América do Sul, tanto de cocaína na região da Amazônia, quanto de maconha e o contrabando de cigarros provindos do Paraguai.

Alguns jornais também deram atenção, de maneira positiva, para a comercialização de armamentos, como a venda de aviões da Embraer para Honduras, Equador e Guatemala. Por outro lado, questões negativas foram igualmente levantadas, como a aproximação da Argentina à China no setor de defesa, que teria preocupado o Brasil; e os altos investimentos militares brasileiros e chilenos, que preocupariam a Argentina.

Além disso, os conflitos territoriais das Malvinas e de Esequibo apareceram no noticiário argentino e venezuelano. Os jornais argentinos, apesar de preocuparem-se com exercícios pontuais entre a Marinha brasileira e a Royal Navy Britânica, reconheceram a “impecável” conduta brasileira em relação ao conflito das Malvinas. Já os jornais venezuelanos destacaram que apesar de o Brasil ser um aliado próximo da Venezuela e de respeitar a reivindicação sobre a região de Esequibo, ele respalda a consolidação da Guiana no território, o que vai contra os interesses venezuelanos.

A projeção regional do Brasil na área econômica e securitária, portanto, foi vista de maneira ambígua pela imprensa dos países vizinhos. Na esfera econômica, a disputa entre MERCOSUL e Aliança do Pacífico marcou diferentes leituras sobre a posição brasileira na região. Jornais venezuelanos e chilenos foram otimistas em relação ao MERCOSUL, considerando que é uma aposta acertada do Brasil e tem potencial de render frutos para os vizinhos. Os chilenos, sobretudo, confiaram na complementaridade e aproximação entre os dois blocos, angariada pelo Chile. Já as imprensas argentina e colombiana consideraram que a Aliança do Pacífico seria um sinal do enfraquecimento brasileiro na região. Apesar dessas diferenças, de maneira geral, sobressaiu-se uma visão positiva sobre a provisão de bens econômicos.

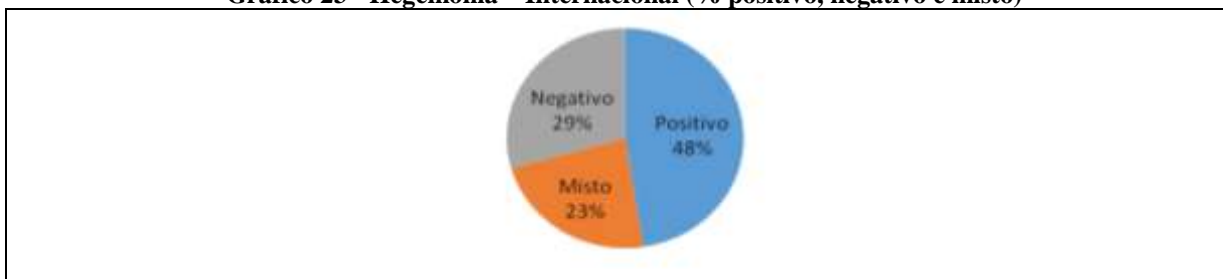
Na esfera securitária a cobertura, apesar de pouco volumosa, abarcou muitos assuntos. O que se percebeu foram pontos e contra-pontos: realizou-se exercício conjunto positivo, mas a Argentina não participou; construiu-se parcerias de defesa positivas, mas permanecem problemas com o narcotráfico; o Brasil exportou muitos armamentos, mas os vizinhos temem o poderio bélico brasileiro e a China está entrando no mercado militar regional; No total, predominaram levemente as questões negativas, que questionam a provisão brasileira de segurança na região.

#### *2.4.2.2.3 Internacional*

A projeção econômica e securitária do Brasil no mundo ocupou 204 artigos nos jornais regionais. Nesta seção, a divisão entre assuntos de economia e segurança foi bastante equilibrada, 46% e 54%, respectivamente. A distribuição quantitativa entre as imprensas dos quatro países analisados também foi nivelada. Chama atenção aqui o peso relativo dos assuntos securitários, quando comparado com o das subseções anteriores. Esse maior volume se explica pelo desenrolar do escândalo de espionagem dos Estados Unidos sobre o Brasil, uma questão de segurança internacional muito explorada pela mídia. Apesar das diferentes

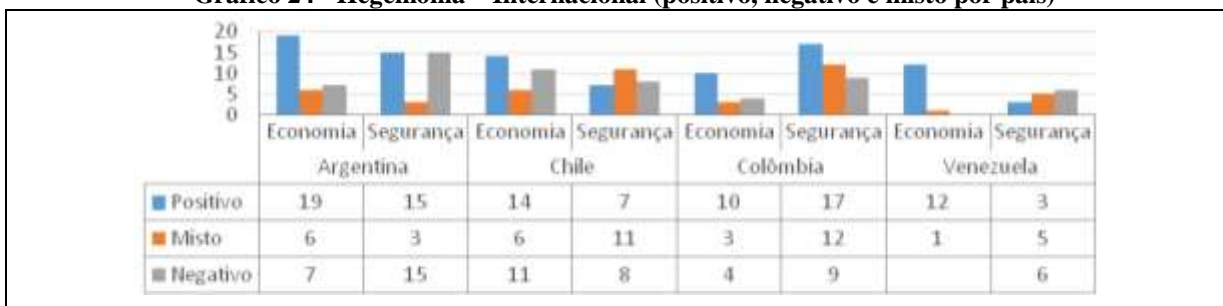
abordagens sobre o assunto, no balanço final os temas de segurança internacional foram vistos de maneira mais positiva do que negativa. Na área econômica a abordagem foi predominantemente (quase 60%) positiva em todos os países. A distribuição dos posicionamentos por país e por áreas pode ser vista nos gráficos 23, 24, 25 e 26.

**Gráfico 23 - Hegemonia – Internacional (% positivo, negativo e misto)**



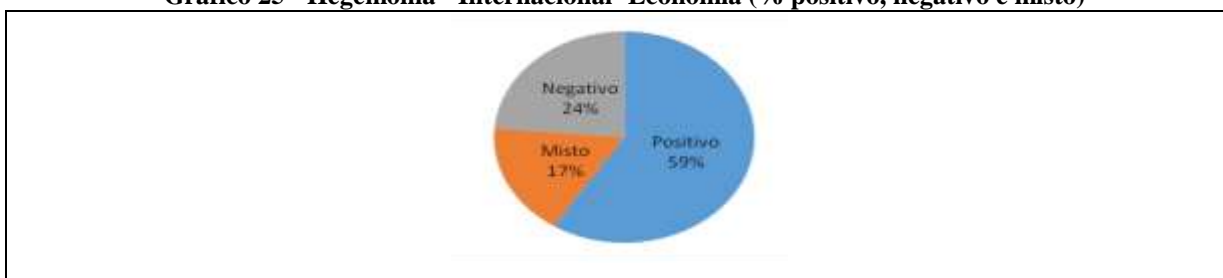
Fonte: elaborado pela autora (2016)

**Gráfico 24 - Hegemonia – Internacional (positivo, negativo e misto por país)**



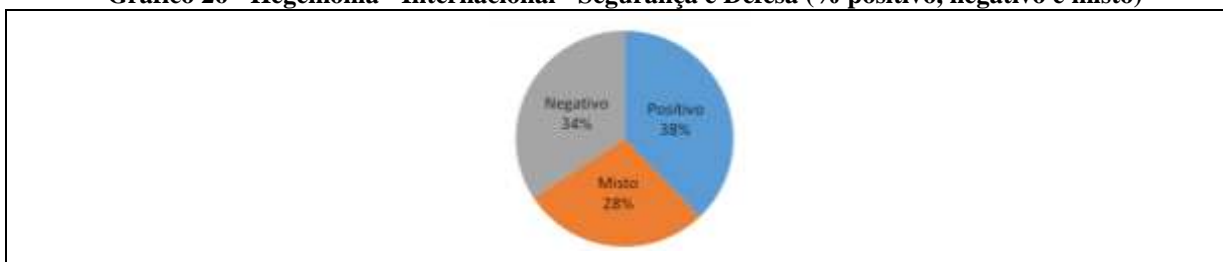
Fonte: elaborado pela autora (2016)

**Gráfico 25 - Hegemonia - Internacional- Economia (% positivo, negativo e misto)**



Fonte: elaborado pela autora (2016)

**Gráfico 26 - Hegemonia - Internacional - Segurança e Defesa (% positivo, negativo e misto)**



Fonte: elaborado pela autora (2016)



Entre os **temas de economia**, um dos maiores destaques na imprensa regional foi a participação brasileira no grupo dos BRICS. Essa ênfase se explica principalmente pela realização da Cúpula do bloco no Brasil em 2014. De maneira geral, os jornais dos países vizinhos ressaltaram as oportunidades que a presença de um membro dos BRICS na região representa. Para os todos os diários, o anúncio do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS, que ocorreu na conferência no Brasil, foi recebido como uma promessa em termos de linhas de crédito para infraestrutura, projetos de desenvolvimento e para o fortalecimento das reservas internacionais. Além disso, tendo em vista a disputa argentina em relação aos fundos “abutres”, a ideia dos BRICS de transformar o sistema financeiro, limitando a atividade de fundos especulativos, foi vista pelos diários argentinos como convergente com os interesses do país.

As relações do Brasil com a China também foram muito noticiadas, principalmente pelos jornais venezuelanos. Em 2015, os investimentos milionários chineses no Brasil, incluindo a construção de uma ferrovia transoceânica, ligando o Atlântico ao Pacífico, chamaram atenção da mídia. Para o *El Espectador*, esses acordos reforçam o caráter estratégico que a América Latina adquiriu para a China. A notícia de que o Brasil foi aceito para ser membro Banco Asiático de Investimentos também repercutiu positivamente. Da mesma maneira, as relações do Brasil com a Rússia foram bem vistas, principalmente pelo ângulo do incremento do comércio bilateral.

Os jornais perceberam com otimismo a “globalização dos emergentes” da qual o Brasil faz parte. O jornal argentino *Clarín* considerou que esses países “chegaram para ficar” e teriam condições de manter as conquistas da última década e seguir avançando. Para o colombiano *El Espectador*, a ascensão dos emergentes significa que “a hegemonia ocidental chegou ao fim e começou uma nova etapa para as civilizações mundiais”. Por outro lado, o chileno *El Mercurio* destacou a desaceleração econômica dessas nações nos últimos anos, e o argentino *La Nación* considerou que a era dos BRICS foi uma onda de euforia, especialmente em relação ao Brasil, cuja crise deteriora a capacidade de exercer liderança na região.

A cobertura da imprensa sobre relações econômicas do Brasil com parceiros tradicionais, como Portugal, Espanha e Estados Unidos, foi menos abrangente, realçando a busca de investimentos por parte do Brasil. A expansão econômica brasileira na África foi vista com bons olhos, especialmente pelos jornais chilenos, que sugeriram uma aliança do Chile com o Brasil para levar produtos chilenos à África.

Nos artigos que trataram de **temas de segurança e defesa** no âmbito internacional, o principal assunto foi o escândalo de espionagem da Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos sobre o Brasil, conforme mencionado anteriormente. O episódio evidencia a vulnerabilidade brasileira frente ao poderio estadunidense sobre as tecnologias da informação. Essa fragilidade seria um indicador negativo das capacidades estruturais do Brasil e, por conseguinte, do seu potencial para ser hegemônica e provedor de segurança. Entretanto, pelo contrário, a cobertura dos jornais regionais focou-se na reação soberana do Brasil à espionagem, de maneira positiva.

A maioria dos veículos apoiou a decisão de cancelamento da visita de Dilma Rousseff a Washington em 2014. O duro discurso da presidenta na Assembleia Geral da ONU contra espionagem, em que insistiu para que o ciberespaço não fosse usado como arma de guerra, também foi registrado de forma elogiosa. Para o jornal *El Espectador*, o Brasil aproveitou para deixar claro que “acabou o sentimento de inferioridade”, e que “não se sente mais um satélite dos EUA na América Latina, mas uma potência econômica e estratégica”.

Além disso, a resolução da ONU contraespionagem, apresentada pela Alemanha e pelo Brasil, e a proposta brasileira para estabelecer o “marco civil internacional” de proteção à privacidade dos usuários de Internet, foram reações bem avaliadas pelos diários. Mesmo assim, alguns jornais destacaram que o Brasil não possui satélite próprio e que os países latino-americanos ainda são muito dependentes dos Estados Unidos, na medida em que todas as telecomunicações regionais passam pela grande potência.

Sobre questões de defesa tradicionais, houve destaque para a compra e venda de armamentos, principalmente nos jornais chilenos. Foi ressaltada a venda de aviões militares brasileiros para os EUA equiparem as forças no Afeganistão, o que foi considerado uma grande vitória para a indústria nacional do Brasil. Além disso, o fato de os aviões-caça suecos produzidos no Brasil poderem ser exportados para outros países da América Latina foi visto de maneira positiva. Nessa área, ainda foram destacados acordos de cooperação em defesa do Brasil com a Rússia.

O combate ao terrorismo nos grandes eventos que aconteceram no Brasil também foi ressaltado na área de segurança internacional. O assunto foi tratado de forma desconfiada, principalmente pelo fato de ter contado com o apoio de agências estrangeiras, como a antiga Blackwater<sup>12</sup>. Por outro lado, os convênios bilaterais firmados entre o Brasil e o DEA

---

<sup>12</sup> Companhia militar privada estadunidense que atuou na Guerra do Iraque e é acusada de matar civis.

(unidade policial anti-narcóticos) dos Estados Unidos, foram considerados pelo jornal *La Nación* uma oportunidade para o Brasil “ampliar sua influência regional”.

Das três esferas analisadas (bilateral, regional e internacional), a projeção internacional é definitivamente aquela em que o Brasil é mais reconhecido como provedor, tanto de bens econômicos quanto de segurança. Na área econômica, a participação do Brasil no grupo dos BRICS e a proximidade com a China e a Rússia são vistas pela imprensa dos vizinhos como oportunidades. De alguma maneira os jornais sentem que seus países recebem os dividendos da emergência brasileira no cenário global.

Na área securitária, o destaque do escândalo de espionagem, que seria por si só uma notícia negativa para provisão de segurança do Brasil, acabou sendo visto mais pelo lado positivo (embora as abordagens negativas também tenham tido peso na cobertura). De maneira geral, o episódio marcou o reconhecimento da soberania e do poderio brasileiro (mesmo que às avessas), fundamentais para a provisão de segurança regional.

## 2.5 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi identificar as percepções a respeito da liderança e da hegemonia regional brasileira nas imprensas da Argentina, da Venezuela, do Chile e da Colômbia. A análise de 2100 artigos, provenientes de oito jornais selecionados, foi rica para compreender diferentes pontos de vista sobre a atuação do Brasil nos assuntos mais repercutidos entre o público sul-americano. Essas visões são fundamentais na construção das demandas e expectativas dos vizinhos sobre a potência regional.

Apesar de se tratar de uma pesquisa conjuntural, dado o pequeno recorte temporal, foi possível identificar alguns traços estruturais nas considerações sobre o Brasil, no que diz respeito às questões internas, bilaterais, regionais e internacionais. Além disso, a pesquisa em veículos de comunicação complementa aportes teóricos sobre liderança e hegemonia regional na medida em que utiliza instrumentos voltados para a opinião pública e não para a retórica oficial dos governos, que costuma ser a fonte primária desses estudos.

Evidentemente, os veículos analisados possuem posicionamentos editoriais diferentes, que não correspondem às visões dos seus governos. Entretanto, de maneira geral percebemos forte homogeneidade na cobertura sobre o Brasil de acordo com o país de origem do jornal. Dessa forma, foi possível determinar a existência de visões da “imprensa argentina” ou visões da “imprensa venezuelana”, por exemplo. Destacou-se também no estudo a significativa diferença no total de artigos publicados sobre o Brasil nas imprensas de cada país.

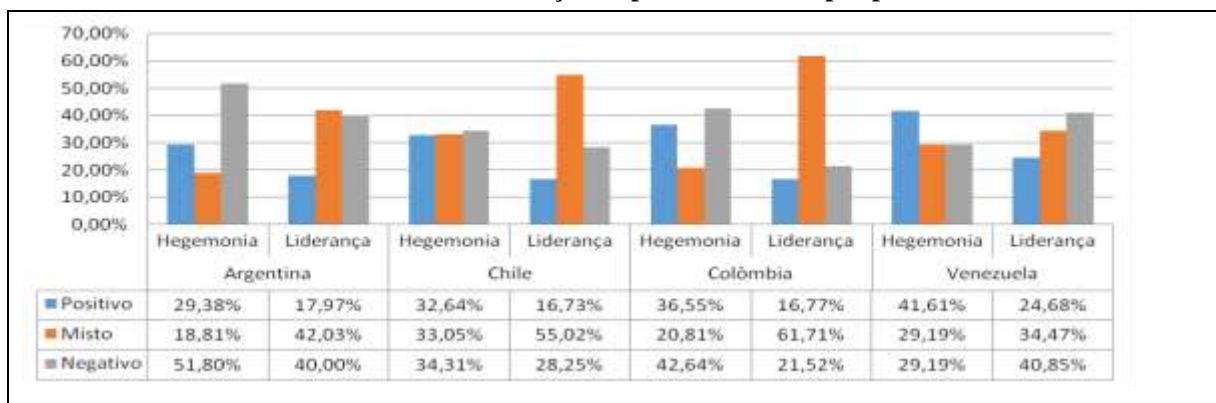
No total, 683 artigos foram identificados no *Clarín* e no *La Nación*, da Argentina, frente aos 513 identificados no *La Tercera* e *El Mercurio*, do Chile, 513 no *El Tiempo* e *El Espectador*, da Colômbia, e 396 no *El Nacional* e *El Universal*, da Venezuela. Essas diferenças podem ser explicadas pelo tamanho dos jornais e de suas tiragens, mas também pela proximidade histórica, política e econômica entre o Brasil e cada um desses países.

Na análise empírica, de maneira geral, a imprensa regional validou mais os atributos de hegemonia brasileiros do que os atributos de liderança. Apenas 19% das publicações sobre questões políticas e diplomáticas foram positivas em relação a atuação do Brasil, e 32% foram negativas. A maior parte dessa amostra, quase 50%, apresentou uma visão neutra ao mista. No caso das publicações sobre economia, e segurança e defesa, 34% dos artigos validaram as capacidades materiais brasileiras, 42% refutaram e 24% foram neutros ou mistos.

Como era de se esperar, os artigos sobre capacidades materiais apresentaram posicionamentos mais assertivos (positivos ou negativos), enquanto os artigos sobre processos de socialização foram mais descritivos e ambíguos (mistos). Os artigos sobre eleições, classificados em "mistos" contribuíram para esse resultado. Se todas essas publicações mistas não fossem contabilizados, as notícias positivas ocupariam 37% da amostra sobre atributos de liderança, e 44% da amostra dos atributos de hegemonia. Ou seja, uma porcentagem relativamente semelhante nos dois casos, ambos longe de uma aceitação inquestionável.

No gráfico 27 podemos ver a distribuição geral dos posicionamento da imprensa de cada país.

**Gráfico 27 - Distribuição de posicionamentos por país**



Fonte: elaborado pela autora (2016)

Os veículos argentinos foram de longe os que mais publicaram matérias sobre o Brasil. Mas também foram os que mais questionaram a posição brasileira, tanto na sua condição de líder quanto, e principalmente, nas suas condição de hegêmona com capacidades materiais. Nesse sentido, foram os jornais que apresentaram menos artigos positivos nos dois casos.

Essas posições contestadoras podem ser compreendidas pelas dificuldades no comércio bilateral entre Argentina e Brasil e pela insatisfação com as iniciativas de integração. Além disso, refletem certa resistência por parte da Argentina, que é a tradicional rival brasileira na região, a aceitar a influência brasileira.

Os jornais venezuelanos foram os que mais questionaram o potencial de liderança brasileiro, mas, por outro lado, foram os que mais aceitaram o potencial de hegemonia do país. O questionamento à liderança é visível pelo descontentamento em relação à atuação brasileira na resolução do conflito político interno na Venezuela, o que compromete o papel do Brasil como mediador. Já as capacidades materiais, sobretudo econômicas, são bem vistas pela imprensa venezuelana, principalmente no âmbito regional, pelo otimismo em relação à entrada no MERCOSUL e por apoiar a aproximação brasileira a Cuba.

Na imprensa chilena, a posição sobre hegemonia brasileira é basicamente neutra, na medida em que, no total, a proporção de artigos negativos, positivos e "mistos" foi praticamente a mesma. Ou seja, eles aceitam e contestam na mesma medida. O posicionamento dos jornais sobre atributos de liderança também foi bastante neutro, mas principalmente porque a maioria dos artigos não apresentou um viés nem otimista nem pessimista. Isso se deve, em parte, pelo grande volume de matérias sobre as eleições brasileira nos diários chilenos. A visão levemente mais negativa sobre atributos de liderança se explica pela percepção predominantemente ruim da situação política doméstica do Brasil.

Os diários colombianos se destacam pela posição "mista" em relação às iniciativas políticas e diplomáticas do Brasil. Apesar do grande volume sobre o assunto, a grande maioria é descritivo, sem juízo de valor. No que diz respeito aos atributos de hegemonia, a posição dos jornais colombianos é bastante negativa (43%) mas também bastante positiva (37%), ainda que em menor proporção. A posição negativa se explica por uma visão muito pessimista da crise econômica brasileira, enquanto a posição mais positiva se explica pela visão elogiosa à postura brasileira na área de segurança internacional, sobretudo diante dos escândalos de espionagem.

A esfera na qual tanto as capacidades materiais quanto as iniciativas de socialização do Brasil foram mais bem aceitas foi a internacional. De maneira geral, os diários apresentam as relações extra regionais brasileiras como uma oportunidade para que a região como um todo assuma uma posição de maior destaque no mundo. No âmbito regional, contudo, a projeção brasileira não é tão bem vista, nem em relação às questões econômicas e securitárias, ou às questões políticas e diplomáticas. Nesses casos, há sempre assuntos em que o Brasil age de maneira considerada insatisfatória pelos vizinhos.

No âmbito bilateral, houve bastante variação entre as percepções das imprensas de cada país. Enquanto os veículos argentinos foram muito negativos a respeito dos assuntos econômicos (o que alterou a proporção geral da amostra), os diários dos outros três países foram predominantemente positivos. Chama atenção também que as relações bilaterais securitárias foram muito bem avaliadas por todos (apesar de representarem um volume bem pequeno da amostra). Já em relação aos atributos de liderança bilaterais, os jornais venezuelano apresentam uma visão muito negativa, ao contrário dos outros três países.

A situação doméstica do Brasil foi o principal foco de todos os jornais, e, de maneira geral, foi mal avaliada. A crise política e econômica a qual o país enfrenta atualmente transpassa todas as áreas analisadas, como instabilidade social, deterioração de indicadores econômicos e falta de segurança pública. O foco nas eleições brasileiras também se destaca aqui, não pelo posicionamento dos veículos, já que preferências ideológicas não são classificáveis em positivo ou negativo, mas pelo volume de publicações. A importância dos acontecimentos brasileiros para os vizinhos fica evidente, especialmente em um momento em que o "gigante" do subcontinente passa por um momento difícil.

Podemos concluir, portanto, que a liderança brasileira, que por vezes é considerada um pressuposto nas análises políticas regionais, não está consolidada nos principais veículos de formação de opinião pública na Argentina, Venezuela, Chile e Colômbia. A confiança no Brasil como garantidor de ganhos políticos mútuos e também como provedor de bens materiais aos vizinhos é fundamental para que o país estabeleça liderança e/ou hegemonia na região.

Considerando que na realidade provavelmente não há um líder ou um hegêmona "puro", parece que a melhor aposta para o Brasil seria trabalhar ambos os atributos para garantir sua influência na região. Assim, é fundamental que os formuladores da política externa brasileira dêem ouvidos às expectativas e demandas dos países vizinhos por um maior investimento – econômico, securitário e político – na região.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre potências regionais e sua interação com os vizinhos ainda estão em fase inicial, uma vez que os processos de regionalização são resultados de mudanças estruturais no sistema internacional do final da década de 1980. As análises sobre as relações do Brasil com a América do Sul, nesse contexto, tem focado principalmente as capacidades brasileiras de liderar, mediar conflitos e prover bens materiais aos Estados menores. Muitas dessas pesquisas partem da análise da política externa brasileira e da propensão "natural" do país em se projetar na região. Falta, por vezes, à literatura, o reconhecimento da condição relacional para o exercício de influência regional.

Nesse sentido, a análise das percepções dos outros países tem sido um dos componentes menos explorados nas construções teóricas sobre liderança e hegemonia brasileira. Ao entender que essa é uma falha importante na academia, o artigo apresentado aqui considera as expectativas e demandas dos vizinhos uma das bases fundamentais para o comportamento da potência regional. A análise detalhada, apesar de conjuntural, da imprensa dos países sul-americanos a respeito do Brasil é, nesse sentido, uma tentativa de incorporar as visões dos potenciais seguidores às concepções de política externa brasileira.

Além disso, a compreensão dos possíveis comportamentos do Brasil na região passa por explorar os conceitos de imperialismo, hegemonia e liderança, ainda que não haja consenso na literatura sobre sua utilização ou definição. A sistematização desses conceitos foi fundamental para enquadrar teoricamente a percepção dos vizinhos sul-americanos sobre o Brasil. Mesmo que as classificações ideais não tenham sido encontradas de forma pura na análise empírica, elas são fundamentais para organizar resultados e contribuir para o avanço do estudo sobre hegemonia e liderança na América do Sul.

Os resultados quantitativos e qualitativos da análise desafiam algumas ideias sobre a liderança regional brasileira ao demonstrarem que a visão dos jornais é, de maneira geral, de contestação tanto das capacidades materiais brasileiras como das iniciativas de socialização do país. Tendo em vista que a aceitação desses atributos é a base do próprio exercício da hegemonia e da liderança, ainda seria difícil considerar esse tipo de comportamento por parte do Brasil.

Na medida em que o nível de apoio à potência regional depende do nível de inclusão das demandas e expectativas dos Estados menores no projeto de liderança, o presente artigo contribui para a compreensão dos desafios brasileiros na América do Sul. A análise descritiva do estudo

explora as relações do Brasil com cada país em diferentes temas e âmbitos, identificando os principais acertos e limites na inserção brasileira na região.



## REFERÊNCIAS

- ACHARYA, Amitav. The Emerging Regional Architecture of World Politics. **World Politics**, Cambridge, v. 59, n. 4, p. 629-652, July 2007. Disponível em: <<http://www.amitavacharya.com/sites/default/files/World%20Politics%20Regions%20Review.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2016.
- BOMFIM, Ivan. **O Global Player "megalomaniaco"**: a visão do portal Veja sobre a Política Externa do Governo Lula. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/122509/000971619.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 05 abr. 2016.
- BUELVAS, Eduardo P. Evolução e perspectivas das relações entre a Colômbia e o Brasil. **Plataforma Democrática**, [s.l.], Working Paper nº 14, Julho de 2011. Disponível em: [http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Brasil\\_e\\_America\\_do\\_Sul\\_Olhares\\_cruzado.s.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Brasil_e_America_do_Sul_Olhares_cruzado.s.pdf). Acesso em: 05 abr. 2016.
- BURGES, Sean. Brazil as a bridge between old and new powers? **International Affairs**, London, v. 89, n. 3, p. 577–594, 2013. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1468-2346.12034/pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2016.
- BURGES, Sean. Consensual Hegemony: Theorizing Brazilian Foreign Policy after the Cold War. **International Relations**, [s.l.] v. 22, p. 65-84, 2008. Disponível em: <http://ire.sagepub.com/content/22/1/65.full.pdf+html>. Acesso em: 05 abr. 2016.
- BURGES, Sean. Revisiting consensual hegemony: Brazilian regional leadership in question. **International Politics**, Basingstoke, v. 52, n. 2, p. 193–207, 2015. Disponível em: <https://www.ciaonet.org/attachments/27304/uploads> Acesso em: 05 abr. 2016.
- BUZAN, Barry; WEAVER, Ole. **Regions and Powers: the structure of International Security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- DANESE, Sérgio. **A Escola da Liderança: ensaios sobre a política externa e a inserção internacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- DESDRADI, Sandra. Regional powers and their strategies: empire, hegemony and leadership. **Review of International Studies**, Cambridge, v. 36, n. 4, p. 903–930, 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/2dRmkLp>>. Acesso em: 05 jul. 2016.
- DOMINGUES, Reinaldo. Uma Potência Regional em Construção? O Brasil na América do Sul durante os anos Lula (2003 – 2010). **Revista Política Hoje**, Recife, v. 22, n. 2, p. 231-248, 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/2dOgmIQ>>. Acesso em: 05 jul. 2016.
- FLEMES, Daniel. A visão brasileira da futura ordem global. **Revista Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 32, n.02, 2010, p. 403-435. Disponível em: <<http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/v32n2a05.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

FLEMES, Daniel; WEHNER, Leslie. Drivers of Strategic Contestation: The case of South America. **International Politics**, Basingstoke, v. 52, n. 2, p. 163-177, 2015. Disponível em: <http://link.springer.com/article/10.1057/ip.2014.45>>. Acesso em: 05 Out. 2016.

FLEMES, Daniel; NOLTE, Detlef. Introduction. In: FLEMES, D. (Ed.) **Regional Leadership in the Global System: ideas, interests and strategies of regional powers**. Farnham: Ashgate, 2010.

FLEMES, Daniel; WOJCZEWSKI, Thorsten. **Contested leadership in international relations: power politics in South America, South Asia and Sub-Saharan Africa**. GIGA Working Paper 121, Hamburg, 2010. Disponível em: <[https://www.giga-hamburg.de/en/system/files/publications/wp121\\_flemes-wojczewski.pdf](https://www.giga-hamburg.de/en/system/files/publications/wp121_flemes-wojczewski.pdf) >. Acesso em: 05 Out. 2016.

HOLSTI, Kalevi. National Role Conceptions in the Study of Foreign Policy. **International Studies Quarterly**, [s.l.], v. 14, p.233-309, 1970. Disponível em: <<http://maihold.org/mediapool/113/1132142/data/Holsti.pdf> >. Acesso em: 5 jun. 2016.

HURRELL, Andrew. Regional Powers and the Global System from a Historical Perspective. In: FLEMES, D. (Ed.) **Regional Leadership in the Global System: ideas, interests and strategies of regional powers**. Farnham: Ashgate, 2010.

IKENBERRY, G. John. The Future of International Leadership. **Political Science Quarterly**, New York, v. 111, n. 3, 1996. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/pdf/2151968.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

KELLY, Robert. Security Theory in the “new regionalism”. **International Studies Review**, Oxford, v. 9, p. 197-229, 2007. Disponível em: <[https://www.jstor.org/stable/4621805?seq=2#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/4621805?seq=2#page_scan_tab_contents)>. Acesso em: 05 jun. 2016.

LEMKE, Douglas. **Regions of War and Peace**. Cambridge/New York: CUP, 2002. Disponível em: <<http://catdir.loc.gov/catdir/samples/cam031/2001037959.pdf> >. Acesso em: 05 Out. 2016.

LIMA, Maria Regina Soares de. Relações interamericanas: a nova agenda sul-americana e o Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, v. 90, p.167-201, Dec. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n90/a07n90.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

LIMA, Maria Regina Soares de; HIRST, Monica. Brazil as an Intermediate State and Regional Power: Action, Choice and Responsibilities. **International Affairs**, London, v. 82, n. 1, p. 21-40, 2006. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2346.2006.00513.x/pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

LLORENTE & CUENCA. **Panorama de la Prensa Latinoamericana: El Boom Antes de Afrontar elDesafío de Internet**. Madrid: D+i Centro de Ideas, Análises y Tendências, 2013. Disponível em: <[http://www.desarrollando-ideas.com/publico/140109\\_dmasi\\_Informe\\_especial\\_prensa\\_latam.pdf](http://www.desarrollando-ideas.com/publico/140109_dmasi_Informe_especial_prensa_latam.pdf) >. Acesso em: 5 jun. 2016.

MAITINO, Martin; Feliciano, GUIMARÃES. **Altercasting Brazil into Regional Leadership**: the role of small powers in creating regional leaders. ISA Global South, 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/2d74hw6>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

MALAMUD, Andres. A Leader without Followers? The Growing Divergence between the Regional and Global Performance of Brazilian Foreign Policy, **Latin American Politics and Society**, Miami, v. 53, n. 3, p. 1-24, 2011. Disponível em: <[http://apps.eui.eu/Personal/Researchers/malamud/laps\\_53\\_3\\_Malamud.pdf](http://apps.eui.eu/Personal/Researchers/malamud/laps_53_3_Malamud.pdf)>. Acesso em: 5 jun. 2016.

MERKE, Federico. **Neither balance nor bandwagon**: South American international society meets Brazil's rising power: rising powers and contested orders in the multipolar system. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/2dRpL4x>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

NOLTE, Detlef. How to compare regional powers: analytical concepts and research topics. **Review of International Studies**, Cambridge, v. 36, p. 881-901. NYE, 1990, p. 167, 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/2dW9vwq>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

PAUL, Thazha. Regional Transformation in International Relations. In: PAUL, Thazha (Ed.). **International Relations Theory and Regional Transformation**, Cambridge University Press, 2012.

PEDERSEN, Thomas. Cooperative hegemony: power, ideas and institutions in regional integration. **Review of International Studies**, Cambridge, v. 28, n. 4, 2002. Disponível em: <http://bit.ly/2dDDBan>>. Acesso em: 05 Out. 2016.

PINHEIRO, Leticia; GAIO, Gabrieli. Cooperation for development, Brazilian regional leadership and global protagonism. **Brazilian Political Science Review**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 8-30, 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/3943/394342000001.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

REZENDE, Lucas. **Sobe e Desce**: Explicando a Cooperação em Defesa na América do Sul, uma teoria realista ofensiva. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação de Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/88329/000906479.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

RUSSEL, Roberto; TOKATLIAN, Juan Gabriel. Percepções argentinas sobre o Brasil: ambivalências e expectativas. **Working Paper Plataforma Democrática**, n. 19, p. 1-18, jul. 2011.

SARAIVA, Miriam Gomes. Brazilian foreign policy towards South America during the Lula Administration: caught between South America and Mercosur. *Rev. Bras. Polít. Int.*, Brasília, v. 53 (special edition), p.151-168, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v53nspe/v53nspea09.pdf>>. Acesso em: 05 Out. 2016.

SARAIVA, Miriam Gomes. Integração regional na América do Sul: processos em aberto. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRI. 3., São Paulo, 2011. **Governança Global e Novos Atores**. 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/2dG2ReG>>. Acesso em: 05 Out. 2016.

SARAIVA, Miriam; GRATIUS, Susanne. **Continental Regionalism: Brazil's prominent role in the Americas**. CEPS Working Document, n. 374, Feb. 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/2dFNAOW>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

SCHENONI, Luis Leandro. Unveiling the South American Balance. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 215-232, 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/2e7T3NQ>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

SCHIRM, Stefan. **Emerging Power Leadership in Global Governance: Assessing the Leader - Follower Nexus for Brazil and Germany**. Paper Prepared for the ECPR Joint Session Workshop, Helsinki, 2007. Disponível em: <<http://bit.ly/2e7SK5x>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

SCHIRM, Stefan. Leaders in need of followers: Emerging powers in global governance. **European Journal of International Relations**, Sussex, v. 16, p. 197-221, 2010. Disponível em: <<http://ejt.sagepub.com/content/early/2009/11/24/1354066109342922.full.pdf+html>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

SIMÕES, Antônio. Prefácio. In: Antônio Simões (Org.). **Integração: Sonho e Realidade na América do Sul**. FUNAG, Brasília, 2011. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/943-Integracao\\_Sonho\\_e\\_Realidade\\_na\\_America\\_do\\_Sul.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/943-Integracao_Sonho_e_Realidade_na_America_do_Sul.pdf)>. Acesso em: 5 jun. 2016.

SORJ, Bernardo; FAUSTO, Sérgio. O papel do Brasil na América do Sul: estratégias e percepções mútuas. **Plataforma Democrática**, Workingpaper n.12, jul. 2011. Disponível em: <[http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Brasil\\_e\\_America\\_do\\_Sul\\_Olhares\\_cruzados.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Brasil_e_America_do_Sul_Olhares_cruzados.pdf)>. Acesso em: 5 jun. 2016.

STEINBERGER, Margarethe Born. **Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2005.

UNIÃO DAS NAÇÕES SUL-AMERICANAS – UNASUR. **Registro de Gastos de Defesa**. Brasília, 2012.

URRUTIA, Edmundo G. As relações do Brasil com a Venezuela: da desconfiança à aliança estratégica. **Plataforma Democrática**, São Paulo, n. 15, jul. 2011. Disponível em: <[http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Brasil\\_e\\_America\\_do\\_Sul\\_Olhares\\_cruzados.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Brasil_e_America_do_Sul_Olhares_cruzados.pdf)>. Acesso em: 5 jun. 2016.

VALENZUELA, Ricardo. Chile e a liderança sul-americana do Brasil: qual a estratégia preferem suas elites? **Plataforma Democrática**, WorkingPaper nº 18, [s.l.], Julho de 2011. Disponível em: <[http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Brasil\\_e\\_America\\_do\\_Sul\\_Olhares\\_cruzados.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Brasil_e_America_do_Sul_Olhares_cruzados.pdf)>. Acesso em: 5 jun. 2016.

VIGEVANI, Tullo et al. O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites. **Rev. Bras. Polít. Int.** Brasília, v. 51, n. 1, p. 5-27, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n1/a01v51n1.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

WALTZ, Kenneth. **Theory of international politics**. New York: McGraw Hill, 1979.

WANG, Dongyue. **An Empirical Analysis of the European Union's Leadership Role in International Climate Change Negotiations under UNFCCC**. Master Thesis (Master in Political Sciences), Political Sciences Graduate School, Lund University, Lund, 2012.

Disponível em: <<http://lup.lub.lu.se/luur/download?func=downloadFile&recordOId=3044896&fileOId=3044897>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

WEHNER, Leslie. Role expectations as foreign policy: South American secondary powers' expectations of Brazil as a regional power. **Foreign Policy Analysis**, Malden, p. 1-21, 2014.

Disponível em: <<http://fpa.oxfordjournals.org/content/11/4/435.full.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: The social construction of power politics. **International Organization**, Cambridge, v. 46, p.391-425, 1992. Disponível em: <<https://ic.ucsc.edu/~rlipsch/Pol272/Wendt.Anarch.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

YOUNG, Oran. Political Leadership and Regime Formation: On the Development of Institutions in International Society. **International Organization**, Cambridge, v. 45, p. 281–308, 1991. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/pdf/2706733.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2016.